



Anais da Assembléia

149

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Callo Quintana; Suplentes: Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; PP - 11: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; PFL - 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; Suplentes: Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; PDT - 07: Algaci Ornário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; Suplentes: Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; PSDB - 03: Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; Suplentes: Tadeu Lucio Machado - José Boiko; PTB - 12: Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; Suplente: Geraldo Atsumi Yamada; PT - 03: Ovídio José Constantino - Emani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); Suplentes: Lygia Lumina Pupatto - Pêrides de H. Mello; PL - 01: José Colombino Grassano; Suplentes: Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 115.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 1994
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Costenaro Neto, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Ermani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, José Afonso Júnior, José Arthur Ritti, José Tavares, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (49). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Emilia Belinati, João Preis, Nelson Justus e Nilton Servo (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

Mensagens:

MENSAGEM Nº 164/94

Curitiba, 12.12.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor

de R\$ 9.170.000,00 (nove milhões, cento e setenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, com a finalidade de prestar auxílio a municípios do Estado do Paraná mediante transferência de recursos para despesas com pagamento de pessoal, objetivando amenizar em tais municípios a situação de real dificuldade financeira e a problemática social dela decorrente, como justo reconhecimento do Governo do Estado pela importante participação dos mesmos em programas governamentais de desenvolvimento e atendimento social de significativa importância para a sociedade paranaense.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de outras dotações orçamentárias excedentes.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de R\$ 9.170.000,00 (nove milhões, cento e setenta mil reais), para o Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná FAMEPAR, conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos anteriores, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V, VI, VII e VIII desta lei.

Art. 4º - A abertura do presente crédito suplementar tem por finalidade de prestar auxílio a municípios do Estado do Paraná mediante transferência de recursos para despesas com pagamento de pessoal.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO
DA DESPESA ANEXO

A N E X O :

FL. 01
RS 1,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL: IFTI: IR:	VALOR	IN: DOI: IPROCI: ICOP: I
4100	SECRETARIA DE ESTADO DO	I I I			I I
4101	DESENVOLVIMENTO URBANO	I I I			I I
4102	GABINETE DO SECRETARIO -	I I I			I I
	IDENTIDADES VINCULADAS	I I I			I I
2662	PROGRAMACAO A CARGO DA FAMEPAR	3211001100	IL:	9.170.000	137421
		TOTAL	I	9.170.000	I

CANCELAMENTO
DA DESPESA ANEXO

A N E X O I I

FL. 01
RS 1,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL: IFTI: IR:	VALOR	IN: DOI: IPROCI: ICOP: I
0900	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	I I I			I I
0902	GABINETE DO SECRETARIO -	I I I			I I
	IDENTIDADES VINCULADAS	I I I			I I
1005	INVESTIMENTOS PARA PRODUCAO E	I I I			I I
	DISTRIBUICAO DE ENERGIA - COPEL	4140.001100	IRI	1.076.828	137421
		4140.001141	IL:	4.000.000	137421
		4140.001141	IR:	1.088.728	137421
1700	ADMINISTRACAO GERAL DO ESTADO -	I I I			I I
	RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPL	I I I			I I
1701	PROGRAMACOES ESPECIAIS, REGIONAIS	I I I			I I
	IE MULTISETORIAIS	I I I			I I
1045	PROCESSOS DE CREDITO - FDE	4130.001100	IR:	4.444	137421
3100	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA	I I I			I I
	IPUBLICA	I I I			I I
3101	GABINETE DO SECRETARIO	I I I			I I
1051	INVESTIMENTOS PARA A SEGURANCA	I I I			I I
	IPUBLICA	4323.001011	IRI	3.000.000	137421
		TOTAL	I	9.170.000	I

SUPLEMENTACAO DA DESPESA ANEXO		ANEXO III			FL. 02 RS 1,00		I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL IFTIDI IRI	VALOR	IN DO IPROCI ICOF	I	I
4200	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	I
4286	INSTITUTO DE ASSISTENCIA AOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA - IFAMEPAR	I	I I I		I	I	I
2530	ASSISTENCIA TECNICA EM DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	I	I I I		I	I	I
		I 3223.01	100 I I	9.170.000	137421		
		TOTAL			9.170.000	I	

LA-CELAMENTO DA DESPESA ANEXO		ANEXO IV			FL. 03 RS 1,00		I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	IL IFTIDI IRI	VALOR	IN DO IPROCI ICOF	I	I
100	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I	I
1040	COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA COPEL	I	I I I		I	I	I
1800	GERACAO, TRANSMISSAO, DISTRIBUICAO DE ENERGIA E NOVAS ALTERNATIVAS DE APROVEITAMENTO ENERGETICO	I	I I I		I	I	I
		I 4110.00	100 I R I	1.076.828	137421		
2800	GERENCIAMENTO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E APOIO OPERACIONAL DA COPEL	I	I I I		I	I	I
		I 4361.00	114 I I	4.000.000	137421		
		I 4361.00	114 I R I	1.088.728	137421		
		TOTAL			6.165.556	I	

RECIBO DE RECEITA
WILL

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO V		
		ANEXO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT		VALOR
	RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO			
1113.02.00	Imposto s/Operacoes Relativas a Circula- cao de Mercadorias e s/Prestacao de Ser- vicos de Transporte Interestadual e In- termunicipal e de Comunicacao.	00		8.088.728
TOTAL				8.088.728

DECRESCIMO DA RECEITA		ANEXO VI		FL. 04 R\$ 1.00
		ANEXO		
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT		VALOR
	RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO			
2119.01.00	Operacoes de Credito Internas - Nao Vinculadas	14		5.088.728
1721.01.01	Cota - Parte do Fundo de Participacao dos Estados e do Distrito Federal	01		3.000.000
TOTAL				8.088.728

REDUCAO DA RECEITA	ANEXO VII ANEXO	FL. 05 R\$ 1,00
ESPECIFICACAO		VALOR
DEMONSTRATIVO DAS FONTES DE FINANCIAMENTO DOS INVESTIMENTOS		
COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL		
Recursos do Tesouro Estadual		1,076,828
TOTAL		1,076,828

SUPLEMENTACAO DA RECEITA		ANEXO VIII		FL. 06	
ANEXO				R\$ 1,00	
CODIGO	E S P E C I F I C A C A O	00	11	VALOR	PROD
	SECRETARIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO URBANO ENTIDADES VINCULADAS				
	INSTITUTO DE ASSISTENCIA AOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA - FAMILIAR				
1712.49.00	RECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	00		9,170,000	3742
		TOTAL		9,170,000	

MENSAGEM Nº 165/94

Curitiba, 13.12.94.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 2º, da Lei nº 9.294, de 13 de junho de 1990, com vistas a autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação Cardíaco - Fundação de Amparo à Pesquisa em Doenças Cardiovasculares, entidade sem fins lucrativos e devidamente declarada de Utilidade Pública (Lei nº 8.918, de 16 de dezembro de 1988), a área de terreno que especifica, destinada à implantação, pela donatária, do Instituto de Cardiologia do Paraná.

Vale ressaltar que, através da referida Lei nº 9.294, de 13 de junho de 1990, houve autorização para a doação do questionado imóvel àquela entidade, para ser utilizado na implantação do Instituto do Coração do Paraná que, conforme dispõe a Lei nº 9.090, de 04 de outubro de 1989, teria a personalidade de sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde, o que não ocorreu, por problemas de ordem técnica e jurídica, à época.

Por outro lado, a medida ora proposta é oportuna e conveniente, pois, superando as dificuldades antes encontradas, virá propiciar a implantação de um órgão altamente especializado em doenças cardiovasculares, o que, sem sombra de dúvida, trará grandes benefícios à coletividade, correspondendo, desta forma, aos mais altos interesses do Estado.

Cabe, ainda, esclarecer que a revogação da Lei nº 9.090, de 04 de outubro de 1989 é necessária tendo em vista que, em razão do decurso dos prazos estabelecidos, a mesma ficou sem objeto.

Oferecendo maior detalhamento sobre a matéria, é anexada cópia autêntica do Parecer nº 208/94, da Procuradoria Geral do Estado.

Certo de que a medida merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - O art. 2º, da Lei nº 9.294, de 13 de junho de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Fundação Cardíaco - Fundação de Amparo à Pesquisa em Doenças Cardiovasculares, entidade sem fins lucrativos,

declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 8.918, de 16 de dezembro de 1988, a área de terreno localizada à Rua Arthur Bernardes, esquina com a Rua Irati, Bairro Santa Quitéria, medindo 23.362,00 m2, objeto de permuta referida no artigo anterior, para a finalidade de nela ser implantado pela Fundação donatária, o Instituto de Cardiologia do Paraná".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas a Lei nº 9.090, de 04 de outubro de 1989 e demais disposições em contrário.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

PARECER 208/94-PGE

PROTOCOLO 792.684-7

INTERESSADO - Secretário de Estado da Saúde

ASSUNTO - Doação de Imóvel à Fundação Cardíaco - Fundação de Amparo e Pesquisa de Doenças Cardiovasculares - Necessidades de decisão fundamentada quanto à nova destinação para o imóvel - Procedimento a ser observado.

Senhora Procuradora Geral do Estado:

Através do Ofício nº 2036/GS, de 27 de outubro do corrente, o Secretário de Estado da Saúde solicita análise da Súmula de autorização legislativa para doação de um terreno à Fundação Cardíaco, onde seria criada uma Unidade de Pronto Socorro Cardiológico, segundo a justificativa elaborada pelo corpo técnico da referida Fundação, subscrita por seus diretores (em anexo).

A Súmula em questão se apresenta com natureza substitutiva à autorização legislativa objeto da Lei 9294 de 13 de junho de 1990, para doação do mesmo imóvel, à mesma Fundação, mas com a finalidade de implantar o Instituto do Coração do Paraná, criado pela Lei nº 9090 de 04 de outubro de 1989. (art. 2º).

Esta Lei de 1989 autoriza o Poder Executivo a criar o Instituto do Coração do Paraná - FUNCOR, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde, com regime jurídico de sociedade de economia mista (art. 1º), e deveria ter sido regulamentada por decreto, no prazo de 60 (sessenta) dias da publicação (art. 2º).

Em 04 de julho de 1990, o Secretário de Estado da Saúde de então, encaminhou à PGE, para análise e parecer, minuta do Estatuto Social e Acordo de Acionistas do Instituto do Coração (Ofício 1626/90-GS).

Através do Parecer 142/91-PGE, que deu atendimento à solicitação, ficaram evidenciadas inúmeras inadequações nos atos preliminares para constituição da sociedade de economia mista "Instituto do Coração do

Paraná" - FUNCOR, concluindo-se, na oportunidade, que, embora a presença do Estado e sua participação majoritária no capital, a finalidade do instituto é notoriamente privada, inexistindo a prestação de um serviço público essencial e prioritário, desnaturando o caráter da sociedade de economia mista, que é um instrumento de descentralização de atividades ou serviços públicos de interesse coletivo.

Aprovado em 23 de abril de 1991, o referido Parecer, juntamente com os demais documentos anexados ao protocolo n° 792.684-7, foi encaminhado à Assessoria Especial do Governo, onde não consta tenha sido dado qualquer andamento no sentido de atender ao contido no pronunciamento da PGE.

Agora, pelos termos da Súmula da autorização legislativa apresentada, o Estado do Paraná estaria abandonando definitivamente o projeto de constituição da sociedade de economia mista "Instituto do Coração do Paraná" - FUNCOR, criada pela Lei n° 9090/89, optando pela doação do imóvel que lhe fora destinado na lei n° 9294/90, para a Fundação Cardíaco, pessoa jurídica de direito privado que assumiria a obrigação de implantar uma Unidade Hospitalar para doenças cardiovasculares, no prazo de 02 (dois) anos, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio público.

A primeira consideração a ser feita na análise solicitada pelo Secretário de Estado da Saúde, é relativa à absoluta falta de explicação dos motivos que teriam determinado esta mudança de orientação. Porque, afinal, o Estado do Paraná não tem mais interesse na constituição da sociedade de economia mista prevista na Lei n° 9090/89, ou na concepção de outra forma societária para o Instituto do Coração do Paraná?

No Ofício n° 2036/94/GS, há breve referência a "entendimentos com o Sr. Governador" no sentido de substituir o Processo n° 792.684-7, "segundo a orientação do Parecer n° 142/91 dessa Procuradoria". No entanto, esse Parecer, concluindo pela inadequação dos termos propostos no acordo de acionistas e na minuta do estatuto social da sociedade de economia mista "Instituto do Coração do Paraná", opinava pela realização de estudo mais detalhado, "visando primordialmente a alteração da configuração jurídica de sociedade de economia mista, com o objetivo de atender ao interesse público".

Não há notícia de qualquer estudo realizado para tal finalidade, conforme já referido, daí não se podendo extrair, no entanto, que a orientação do Parecer tenha sido a de abandonar o projeto de constituição da sociedade objeto desse protocolo, como inadvertidamente está dito no

Ofício.

Assim, entendo não ser possível haver pura e simples substituição desse protocolo, pela Súmula enviada pelo Secretário da Saúde.

É imprescindível à legalidade e aos demais princípios que orientam o atuar da administração pública que a nova destinação proposta para o imóvel seja devidamente justificada, por decisão do Governador, a ser prolatada nesse protocolado, na qual fiquem explicitados os motivos pelos quais não mais prevalece o interesse do Estado do Paraná na constituição do Instituto do Coração, objeto da Lei n° 9090/89, bem como o interesse público existente na doação pretendida, que implica na revogação da Lei n° 9294/90.

Neste ponto, convém recordar inclusive que, conforme apontado no Parecer n° 142/91-GE, em 29 de agosto de 1989 o Banco do Estado do Paraná doou à Fundação Cardíaco a importância de CR\$ 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), que seria aplicada na criação do "Instituto do Coração do Paraná" (fls. 252), cujo projeto agora se pretende pura e simplesmente abandonar.

Por outro lado, observo que o imóvel que se pretende doar à Fundação Cardíaco não é de propriedade do Estado do Paraná, mas do Instituto de Previdência do Estado.

Muito embora da Lei n° 9294/90 conste autorização legislativa para permuta do terreno do IPE com área correspondente de propriedade do Estado, entendo que, em razão da nova destinação proposta na Súmula sob exame, e do tempo já decorrido, deverá ser repetido todo o procedimento encartado no Protocolo n° 659.998-2 (fls. 120 a 211 deste), especialmente com nova avaliação dos imóveis que se pretende permutar, pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado - SEAD, e nova manifestação do Conselho de Administração do IPE, tendo em vista que a Resolução n° 01/89, que aprovou a permuta, data de 05 (cinco) anos atrás 21.12.89, e foi exarada "para a construção do Instituto do Coração do Paraná" (grifado no original da Resolução).

Igualmente, deverá ser colhido novo pronunciamento da Secretaria de Estado da Justiça, pois o imóvel que o Estado do Paraná está se propondo a permutar com o IPE, para viabilizar a doação pretendida, é parte do terreno ocupado pelo denominado Educandário Munhoz da Rocha, afetado às atividades da SEJA/FASPAR, cujo Conselho de Administração posicionou-se contrário à permuta, pelas razões expostas às fls. 140/160, desse expediente.

Para finalizar, considerando a hipótese de eventual decisão do Governador no sentido de dar nova destinação ao imóvel anteriormente reservado ao Instituto do

Coração do Paraná, é recomendável que seja reanalisada a proposta de doação, ainda que com encargo, à Fundação Cardíaco, constante da Súmula que acompanha o Ofício do Secretário da Saúde.

Embora não exista impedimento legal para a doação, pois se trata de entidade sem fins lucrativos, declarada de Utilidade Pública pela União, Estado do Paraná e Município de Curitiba (art. 10 da Constituição Estadual), o fato é que a documentação exibida pela Fundação Cardíaco não é suficiente para que se possa analisar a capacidade da mesma para bem cumprir o encargo de construir no imóvel uma Unidade Hospitalar, de dimensões e padrões que não se encontram definidos.

Nem mesmo se encontra garantida a prestação do serviço de interesse público constante da "Proposta" apresentada pela Fundação, que ainda não formalizou a sua participação no Sistema Único de Saúde - SUS, prevista em caráter complementar às instituições privadas, mediante "contrato de direito público ou convênio" (art. 199, § 1º, da Constituição Federal).

Ademais, existem formas alternativas à doação para utilização privativa de bem público por particulares (concessão de direito real de uso), que permitem um controle mais efetivo do Poder Público quanto à real utilização do bem para o fim preestabelecido, e que pelo seu caráter resolúvel permitem a reincorporação do bem ao patrimônio público de maneira mais ágil que o processo exigido na hipótese de se tratar de doação, contrato de direito civil que uma vez formalizado coloca o Estado na condição de contratante submetido às regras ditadas pelo direito privado.

Em razão do acima exposto, entendo que a nova destinação para o imóvel, constante da súmula de autorização legislativa que teve origem na Secretaria de Estado da Saúde, deverá ser objeto de decisão do Governador do Estado, com remessa desse expediente à Casa Civil, para esta finalidade, recomendando-se sejam observados todos os procedimentos indicados no texto dessa manifestação.

Curitiba, 18 de novembro de 1994.

(a) WILTON VICENTE PAESE
Procurador do Estado

ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
Gabinete do Procurador Geral do Estado

Protocolo nº 792.684-7

I. Aprovo o Parecer nº 208/94-PGE;

II. Ressalto que não há notícia, nos autos, de que tenha sido efetivada a doação citada no item "9" do parecer. Aliás, o próprio parecer de nº 142/91 posicionou-se contrariamente à liberação da verba,

enquanto não atendidas as demais exigências ali apontadas;

III. A justificativa apontada pelo Procurador poderá acompanhar a mensagem de lei a ser encaminhada à Assembléia Legislativa;

IV. A Constituição Estadual (art. 10) e a Lei 8.666/93 exigem para a efetivação da doação com encargo a prévia autorização do Poder Legislativo. Sendo assim, se for julgado oportuno e conveniente o envio da mensagem proposta, devidamente acompanhada da justificativa, trata-se de medida autorizatória, não implicando em transferência do bem imóvel para o que exigem-se outras cautelas legais, com suas cláusulas e condições.

V. As providências sugeridas no parecer 208/94 podem ser tomadas, por determinação da Casa Civil, independentemente da remessa imediata da mensagem de lei.

Curitiba, 08 de dezembro de 1994.

(a) MARIA MARTA RENNER WEBER LUNARDON
Procuradora-Geral do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2746

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, Preferência de Votação ao Projeto de Lei nº 390/94, constante da Ordem do Dia, item nº 28.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 2747

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 383/94, item 25, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2748

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 294/94, item 09, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2749

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e,

após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 315/94, item 11, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2750

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 332/94, item 12, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2751

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 369/94, item 20, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2752

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 370/94, item 21, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2753

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 409/94, item 36, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2754

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 411/94, item 37, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2755

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 413/94, item 38, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2756

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 414/94, item 39, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2757

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 415/94, item 40, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2758

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 416/94, item 41, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2759

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação ao Projeto de Lei nº 417/94, item 42, da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO Nº 2760

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de discussão e votação aos Projetos de Lei nºs 362, 382, 389, 397, 398, 399, 401, 402, 404 e 405/94, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 2717

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, adiamento por dez (10) sessões Plenárias do Projeto de Lei nº 154/94, que dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA e do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

REQUERIMENTO Nº 2762

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada por 10 (dez) sessões, do Projeto de Lei nº 292/94.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(aa) JOÃO IENSEN

GERALDO CARTÁRIO

REQUERIMENTO Nº 2763

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, constituição de Comissão Especial, composta de 05 (cinco) membros, com prazo de 60 (sessenta) dias com data de início a ser estabelecida conforme o Regimento Interno determina, para discutir o Projeto de Lei nº 390/94, que dispõe sobre a distribuição do ICMS referente a energia gerada pela Hidrelétrica de ITAIPU.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO Nº 2767

Na qualidade de Presidente da Comissão de Constituição de Justiça, e coerente com o meu pronunciamento de ontem, quando lamentei profundamente que se transformasse esse Plenário em Comissão Geral, para a apreciação de matérias em tramitação por esta Casa, sem que a Comissão Permanente especializada fizesse um estudo aprofundado de sua constitucionalidade, e tendo avocado para exame o Projeto de Lei nº 390/94, para o qual aliás, já tinha elaborado parecer, do qual tenho plena convicção, e tendo sempre, durante minha longa carreira como parlamentar, primado pela coerência em meus atos e na não omissão em minhas obrigações, não posso deixar de apresentá-lo à apreciação dos Senhores Deputados.

De autoria do nobre Deputado Élio Lino Rusch e outros, o projeto de lei que ora se examina, procura modificar os critérios de distribuição do ICMS sobre energia elétrica de origem hídrica entre municípios.

A esse respeito, tratando-se de maté-

ria que gerou acirrada discussão, tanto em nível político como judicial, é necessário, sob pena de que votemos uma lei inconstitucional, portanto juridicamente inócua, que se faça uma análise desapassionada do assunto, iluminada pelos conhecimentos dos grandes mestres do Direito Tributário Brasileiro e por decisões já proferidas pelos Tribunais.

Assim é que se vê que, na alteração 2.^a, proposta pelo Projeto de Lei nº 390/94, ao tentar estender os produtos da arrecadação do ICMS aos municípios onde fiquem localizados os reservatórios de água necessários à geração de energia elétrica, se está contrariando os princípios jurídicos consagrados na Constituição Federal, de forma direta e inequívoca.

A esse respeito, Geraldo Ataliba, consagrado mestre do Direito Pátrio, em resposta a consulta formulada pelo Município de Foz do Iguaçu, nos diz:

"Não pode o Estado do Paraná, sem ofensa direta à Constituição, desconsiderar o local (Foz do Iguaçu), onde ocorre a operação mercantil, tendo a energia elétrica como objeto, adotar critério que importa no rateio do valor adicionado apenas no território de Foz do Iguaçu com outros municípios, pelo só fato de serem lindeiros ao lago adrede formado para a construção da usina hidrelétrica e sem que deles haja ocorrido a saída de energia elétrica. Ademais disso, nestes municípios também não se localizam nenhuma das instalações, equipamentos, construções ou quaisquer outros aparatos ou edificações necessários à geração de energia elétrica ou nela utilizados de qualquer forma. Neles também não estão alocados os recursos humanos necessários à geração de energia elétrica."

E mais adiante:

"Em resumo, as operações mercantis decorrentes da produção e venda de energia elétrica gerada pela usina de Itaipu são promovidas apenas e tão-só no Município de Foz do Iguaçu. Logo, só este município tem direito à adição de valor proporcionado por estas operações.

Não tendo havido nenhuma operação mercantil nos municípios limítrofes, ainda que inundados para a formação do lago, falece-lhes o direito de partilhar os valores adicionados em virtude da venda de energia elétrica produzida em Itaipu."

A esse mesmo respeito, aliás, ao se pronunciar sobre o Recurso Especial nº 38.344-7-PR, o Superior Tribunal de Justiça, baseado em brilhante voto do nosso conterrâneo Ministro Milton Luiz Pereira, confirmou decisão do Tribunal de Justiça do Paraná validando decisão de Primeira Instância, em que se deu ganho de causa do Município de Foz do Iguaçu em recurso proposto pelo Estado do Paraná e municípios

interessados.

Na doutrina em que se basearam estas decisões, encontra-se, sempre, menções ao entendimento do eminente Professor Ives Gandra da Silva Martins, que com a lucidez que lhe é peculiar, esclarece que o limite imposto pela Constituição (e Lei Complementar), não abre espaço para o legislador estadual, mas garante o município onde o ICMS é gerado e de que tal limite serve como vedação absoluta a qualquer incursão de governos regionais em busca de fórmulas mais convenientes.

São palavras suas:

"De lembrar-se que o fato gerador do ICMS, que é um imposto não cumulativo não é múltiplo nem complexo, nem continuado, mas instantâneo. Ocorre quando do fornecimento da energia elétrica pelas usinas hidrelétricas." (Rev. Trimestral de Jurisprudência dos Estados, vol. 96, páginas 51/53).

Nestas condições, face aos motivos até aqui exaustivamente expostos, somos de opinião que o Projeto de Lei nº 390/94, caso venha ser aprovado com a presente redação fere, frontalmente, os dispositivos constitucionais e decisões judiciais proferidas tanto na esfera estadual como federal, não podendo portanto, prosperar.

Em conclusão, REQUEIRO que o projeto em epígrafe seja retirado da Ordem do Dia, para maiores estudos e, se possível, para que se lhe dê uma redação que não afronte dispositivos legais hierarquicamente maiores.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) ERONDY SILVERIO

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 432/94

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Pitanga-PR - SINTMOP, com sede e foro na Cidade de Pitanga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Pitanga-PR, tem por objetivo atender aos trabalhadores desta área, sem fins lucrativos, promovendo o desenvolvimento da classe, realizando melhoramentos para a comunidade.

Contamos com a colaboração dos nobres Pares para a aprovação do referido projeto de lei.

Projetos de Decreto Legislativo:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 004/94

Art. 1º - O valor da remuneração dos Deputados Estaduais, para a Legislatura a iniciar-se em 1º de fevereiro de 1995, fica fixada em 75% (setenta e cinco por cento) do que percebem, em espécie, os Deputados Federais.

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de fevereiro de 1995, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(aa) COMISSÃO EXECUTIVA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 005/94

Art. 1º - A remuneração do Governador do Estado, para o exercício de 1995, fica fixada no valor da remuneração do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, excetuadas as vantagens de caráter pessoal, acrescida de 20% (vinte por cento) a título de Ajuda de Custo.

Art. 2º - A remuneração do vice-Governador do Estado, para o exercício de 1995, fica fixada no valor da remuneração do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, excetuadas as vantagens de caráter pessoal, acrescida de 15% (quinze por cento) a título de Ajuda de Custo.

Art. 3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 1995.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(aa) COMISSÃO EXECUTIVA

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Alceu Swarowski.

O SR. ALCEU SWAROWSKI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, servidores desta Casa, imprensa falada e escrita, distinta plateia.

Entristece-se o Paraná com o passamento de um jornalista, de um político, de um ex-Deputado Estadual Constituinte, de um ex-Presidente desta Casa de Leis, de um ex-Promotor Público, de um ex-Magistrado do Paraná. Aos 83 anos de idade, tomba Júlio Rocha Xavier, homem polêmico principalmente na metade da sua existência. Polêmico, mas também polímista quando exprimia, na sua palavra a necessária réplica ao grande jornalista Roberto Barroso, pai,

Curitiba, terça, em 13.12.94

no Diário da Tarde: No fim da década dos 40, início da década dos 50, um exprimindo com a pena, causticante até, o outro se servindo da palavra, nesta Casa de Leis, quando se situava ainda na Rua Barão do Rio Branco, ambos gigantes, ambos titãs, numa luta que não teve vencidos e nem vencedores.

Senhores Deputados.

(Lê):

"JUSTIFICATIVA:

Júlio Rocha Xavier, nascido na Cidade de Ponta Grossa, foi diplomado pela Faculdade de Direito Federal do Paraná, exerceu durante sua vida elevadas funções públicas destacando-se entre elas ao de ex-Prefeito de Carlópolis, Deputado Constituinte em 1947, ex-Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, ex-Presidente da Caixa Econômica do Paraná, ex-Presidente da Câmara Municipal de Tomazina, Promotor de Justiça Jubilado e advogado militante.

Autor de várias publicações sobre assuntos políticos e sociais, entre as quais "Fé e Energia", como orador da turma ginasial; "Roteiro dos Jovens" como orador da turma de bacharéis e "Novos Rumos", versando sobre a realidade política brasileira.

Organizador do Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná, em 1945, e seu reorganizador em âmbito nacional em 1979, tendo sido nessa fase, o seu primeiro Presidente, e pertencente a Comissão Executiva Nacional.

Como Parlamentar, sua ação foi uma das mais destacadas, sendo Líder da Bancada Petebista na 1.ª Sessão da Legislatura, portanto na oposição, teve marcante desempenho político, já que não foi oposicionista faccioso, antes foi, um espírito vigilante em defesa dos públicos interesses, e seu apoio jamais faltou quando em debate causas relevantes para o progresso do Paraná. Reeleito em 03 de outubro de 1950, tem seu mandato erguido sobre sólida e expressiva base popular, viu na Assembléia, retificada a votação popular, sendo por seus pares, elevado à cadeira de Presidente do Legislativo.

Seu trabalho parlamentar é todo ele visando precipuamente o bem-estar da coletividade, principalmente melhor e mais decidido apoio às classes tabalhista, operários, empregados, servidores públicos - o povo.

Digna de nota a sua contribuição à Constituição do Estado, com suas oportunas emendas e debate esclarecedor dos assuntos ventilados em nossa Carta Magna.

Centenas são os projetos de lei, sugestões e outras propostas no interesse da coletividade paranaense, cumprindo destacar os projetos de lei visando: a Criação da "Casa do Trabalhador" do Paraná", criação

da Universidade Rural e Técnica, Agência para a colocação de Desempregados, Instituto de Belas Artes do Paraná, criação de Grupos Escolares na capital e interior do Estado, criação do Mercado Municipal, carteira de crédito agrícola para lavradores, Escola de Enfermagem em Curitiba, instituição de pensões às viúvas de servidores públicos, entre outros tantos. Na presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, como quando no Plenário, o Deputado Júlio Xavier, exerceu seu mandato, dignificando sempre a função eletiva.

Foi um lutador polêmico como polêmico deve ser todo grande homem público. E polemista de grande pendor de eloquência!

Homem que é uma grande lição de vida por sua luta, por sua garra, por seu destemor e por suas verdades. É por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nós requeremos um voto de profundo pesar à passagem desse grande homem público na certeza de que encimando a lápide do seu sepulcro estará a seguinte frase:

'AQUI JAZ O HOMEM QUE FOI FIEL A SI MESMO.'

Esta a sua grande lição de vida. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Encerrado o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná deve votar no dia de hoje uma matéria que tem uma repercussão econômica muito importante a diversos municípios do nosso Estado do Paraná. Poderia usar a Tribuna no encaminhamento da votação, mas acredito que seja importante traçarmos comentários, debates, sugestões, análises, agora durante o Grande Expediente, enquanto ainda outros pronunciamentos acontecerão e possibilidades existem de se conversar com as partes interessadas para buscar a melhor solução que este Plenário possa ter na votação dessa matéria tão importante.

Quero Srs. Parlamentares, ao início desse pronunciamento dizer que o Paraná como um todo, a sua Bancada Estadual, a sua bancada federal, as suas forças políticas necessitam com a maior urgência de desenvolver um trabalho a nível federal para que possamos tributar energia elétrica. Muitos de nós e a muitos de nós passa despercebido de que sendo um dos Estados que mais gera energia elétrica no País, nós não tributamos energia elétrica, que sai pelo linhão (?) que vai abastecer os outros Estados da federação e mais do que isto: não tributamos na venda da energia

as empresas de outros Estados, a exemplo de São Paulo, produz o automóvel, considera o custo dessa energia que paga na ponta e nos vende ao Paraná ICMS que nós acabamos pagando na aquisição ...

O SR. VALDIR ROSSONI (Pela Ordem) - Gostaria que V.Exa. tomasse medidas de que tem funcionários do Prefeito Dobrandino aqui dentro da Assembléia, aqui dentro do Plenário, pressionando Deputados quanto a votação, sem terno e sem condições de estarem aqui dentro do Plenário.

(Aplausos).

Gostaria que V.Exa. tomasse as medidas para que os Deputados fossem respeitados aqui dentro desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita aos nobres visitantes que mantenham silêncio, conforme já recomendação de início.

Nós solicitamos à Assessoria da Mesa que faça a averiguação em cima daquilo que apresentou a este Plenário o Deputado Valdir Rossoni e que se existirem pessoas estranhas ao Plenário que solicite a sua retirada do recinto.

Prossegue o Deputado Caíto Quintana com a palavra.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Então, inicialmente, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, queria colocar a minha posição: todos os municípios do Estado do Paraná reduzem o fundo de ICMS, do imposto que não é pago sobre a energia, mas é retirado do fundo de todos os municípios do Paraná para contemplar os Municípios de Foz do Iguaçu e os Municípios Lindeiros ao Lago, de tal sorte que não teria o que se discutir se a energia elétrica fosse tributada, mas no bojo, do bolão do ICM não entra um centavo que sai dos demais municípios para contemplar o Município de Foz do Iguaçu e os Municípios Lindeiros ao Lago.

Primeiro critério de justiça: que se cobrasse ICMS. Segundo lugar: é bom que se faça uma conceituação aqui nesta Casa do que é a compensação pela existência do lago. Os municípios entre eles Foz do Iguaçu e os demais, recebem mensalmente uma contribuição chamada royalties que é exatamente a compensação pela existência da barragem de ITAIPU. Esta é a compensação que recebem os municípios, esta é, entre aspas, a indenização pela perda da produção do território, royalties, não o ICMS.

Se fôssemos discutir aqui, e gostaria a princípio Deputado Algaci, se fosse pensar pela minha cabeça, acho e acharia um critério de justiça que todos recebessem, critério pessoal de avaliação. No entanto, esta questão está definida por lei federal, está definida por lei federal, se não

me falha a memória Lei nº 63/80, coisa por aí, que define as participações de ICMS; e na ausência Nacional de uma lei específica para os fatos de usina que começaram a florir hoje está se discutindo a luz da geração de energia, onde se processa o fato gerador da energia elétrica, aonde começa o ICMS. E toda a legislação, ela tem demonstrado, a luz do direito da legislação federal que o fato gerador nasce nas turbinas. Toda a legislação fala isso.

Queria deixar claro aos Senhores Parlamentares que estudei este assunto, tive conversas com o Deputado Elio Lino Rusch, mostrei a minha posição de acreditar, eu pessoalmente, que devesse ter distribuição aos demais, mas há uma legislação federal determinante, não é a lei estadual que define critérios para esta distribuição. Se revogássemos a lei estadual existente, não é pela revogação da lei estadual existente que qualquer critério fosse alterado nesse julgamento, que hoje já está no Superior Tribunal Federal. A legislação é rica em análises, em interpretações, mostrando onde acontece o fato gerador.

Me permito Senhores Deputados ler o voto do Ministro Milton Luís Pereira e Cesar Rocha quando diz: "Por defluência no luzeiro do princípio da autonomia do estabelecimento, certo que a ITAIPU como contribuinte de ICMS está inscrita no Município de Foz do Iguaçu, requerentes serem lindeiros com o lago formado pelo representante das águas que movimentam as turbinas." O fato gerador não há o que se discutir, não é a lei estadual que vai modificar aonde se procede o fato gerador do ICMS da Usina de ITAIPU, seria como nós discutirmos aqui que os Municípios do interior do Paraná, grandes produtores de soja, tivessem direito ao imposto, ao IPI da soja quando ela é transformada num município onde se instala a fábrica de soja. Não tem como mudar esse princípio que é um princípio federal, não há como mudar o princípio do fato gerador, porque é um princípio de legislação federal.

Na sequência queria colocar à análise dos companheiros o que estabelece a legislação, no que diz respeito a redistribuição de ICMS, já não mais discutindo o fato gerador, discutindo a redistribuição do ICMS. Não possui o legislador estadual direito a distribuir 1/4 de 25% do ICMS arrecadado no Estado, mas apenas 1/4 de 25% do ICMS adicionado e recolhido em cada município.

Portanto, a partir daí, a lei votada anteriormente na Assembléia, está eivada de vícios, a lei atual, que propomos também está eivada de vício, Deputado Algaci, não compete à legislação estadual decidir nada mais do que 1/4 sobre o valor adicionado da energia elétrica produzida no mu-

nicipio, porque os 3/4 restantes, é de lei federal, que pertence ao município aonde o fato gerador ocorreu, não há como mudar isso!

Aqui, vejo a preocupação da discussão, Foz do Iguaçu e os demais municípios, não me pesa essa discussão! Me pesa é o pronunciamento dos Senhores Parlamentares, que vão votar uma lei! E uma lei que, contestada ou não na Justiça, possa surtir ou não surtir efeito! Pesa-me o fato de 54 Deputados decidir, numa Lei Ordinária, aquilo que não pode ser decidido por lei estadual, ao arrepio daquilo que diz a legislação federal e a própria Constituição!

O Sr. Algaci Túlio - Me permite um aparte? (Assentimento)

Quero me parabenizar com Vossa Excelência que, com muita profundidade analisa um projeto que é da mais extrema responsabilidade para esta Casa. Sei que Vossa Excelência, nos últimos meses tem se debruçado em cima dessa questão do ICMS, a questão de ITAIPU.

Acho que a Assembléia Legislativa, mais uma vez, a exemplo do que estava para acontecer aqui, na questão da liberação ou não da Usina de Tijuco Alto, quando existe um processo na Justiça, quando está sub judice. Não é concebível que nós, Parlamentares, de repente desconhecamos esta questão. Se há um processo sub judice, não cabe à Assembléia, por maior boa-vontade de qualquer um de seus Parlamentares, de querer passar por cima de uma situação que ainda está indefinida. A Assembléia do Paraná não pode continuar passando atestado de incompetência!

Pergunto a Vossa Excelência: Quando foi que neste período de 2, 3 meses, esta Casa se debruçou em cima dessa questão? Quando é que esta Casa discutiu com profundidade essa questão do ICMS? Veja Deputado, amanhã teremos um Congresso, aqui em Curitiba, dos municípios, amanhã será aberto em Curitiba. Por que melhor ocasião para um fórum como esse, onde estarão quase todos os prefeitos do Paraná, de se levar à discussão esse projeto? Se criar um espaço, nesse Congresso, para discutir essa situação?

Acho que esse momento não é o momento da emoção. Tudo bem, estão aqui os prefeitos, representantes de cada município, todos interessados. De repente pode ser uma coisa que a Assembléia aprove aqui, sai todo mundo festejando, vão soltar foguete, vão fazer festa, vão se confraternizar, e daqui 2, 3 meses nada disso vai valer! É preciso cautela, em lugar da emoção a razão! Esta Casa não pode correr o risco de mostrar incompetência, aprovando um projeto de lei que está sub judice.

Podemos analisar, com toda tranqüili-

dade, e até queremos ajudar a todos os municípios. Mas, dentro do princípio que nos dê condições para isso. Não pela emoção, não pela pressa, não pela satisfação deste ou daquele Parlamentar. Por isso parabenizo V. Exa. pela sua conduta, mais uma vez, se debruçando à mesa em cima desse processo e tenho certeza disso, se preocupando em trazer para cá um parecer de umas pessoas envolvidas no processo. Acho que é dessa forma que conseguiremos enriquecer a Assembléia do Paraná e é desta forma que vamos enriquecer este processo de suma importância para os nossos municípios.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte, Deputado Algaci Túlio e, na sequência do seu raciocínio, queria transmitir a esta Casa a importância do que estamos votando. Pelo seguinte: existe uma Lei Estadual que acho que não devia existir, mas existe.

No entanto, Deputado Élio Lino, com a existência ou não dessa Lei, no curso desse processo que tramita desde a instância inicial e já está no Superior Tribunal Federal, alguns meses o Estado pagou só para Foz do Iguaçu. Em outros momentos, por decisão judicial, o Estado pagou para os demais municípios também. Sempre teve isso e posso testemunhar, o Estado do Paraná - nesse episódio, pautado por pagar em cima de uma decisão judicial.

Por quê? Porque essa questão vai ser julgada no Supremo Tribunal Federal e aí, meus prezados funcionários públicos que aqui estão, a importância do trabalho da Assembléia ao analisar um Projeto com amplitude. O que pode acontecer na frente? Estribado por uma Lei Estadual que não tem validade para definir critérios federais, ou se o Governo do Estado do Paraná pagar ou só para Foz do Iguaçu ou para os demais, no instante em que houver decisão lá no Supremo Tribunal Federal, a parte vai entrar com uma ação contra o Estado pedindo o ressarcimento pelo tempo que não recebeu quando o Estado, erroneamente, por uma legislação que não poderia aplicar, aplicou!

E isso significa prejuízo ao Tesouro do Estado. Porque ninguém que recebeu indevidamente recebeu de boa fé, não vai devolver, mas o Estado do Paraná é responsável pelos atos de distribuição de ICMS praticados no seu território com base numa Lei sua que não tem respaldo constitucional algum.

Então acho que temos que ter cautela. Analisar. O final, Srs. Deputados, o final da sentença... mas, antes, gostaria de ler outro parecer:

"Demais, na espécie, não existe a dificuldade, mas se existisse considera-se que o fato gerador ocorreu onde está si-

tuado o estabelecimento. Pondere-se, outrossim, que o Lago da Usina Binacional Itaipu é bem público dominial da União Federal e não dos municípios. Isto está no art. 20, § 3º da Constituição Federal. O Lago é da União e não dos municípios. A sentença final do Ministro Milton Luiz Pereira que, para orgulho nosso inclusive é paranaense, e compõe a alta corte da República, ele diz:

"A redistribuição do ICMS pode não ser justa e eu também, Deputados acho que não é justa, não ser justa, mas é preconizada na Lei Complementar e como Lei nacional prevalece sob a legislação ordinária federal, estadual ou municipal. As questões sociais que delas advirem devem ser minimizadas pelo Congresso, já que o juiz não legisla e as leis tributárias devem ser interpretadas em sentido estrito." Está escrito! Está escrito que a Lei Federal como obviamente é e sabemos que é, prevalece sobre a legislação estadual. Mas não tenho nenhuma posição, nenhum desejo de votar a favor de Pedro, a favor de Paulo, é lógico que cada um dos municípios deve lutar pelo seu quinhão, mas nesse momento aqui não pode falar Foz do Iguaçu, nos demais Municípios interessados, aqui tem que falar a nossa capacidade de Legislador, que vamos pelo ato Legislativo votar uma Lei que pode criar prejuízos, ou que pode amanhã em uma ação judicial de inconstitucionalidade ser derrubada e derrubado todo nosso trabalho, a nossa força de ação como Parlamentar, mostrando aos olhos do Judiciário que somos ligados pela simpatia a uma causa, ou uma outra, a nós cabe analisar o princípio Jurídico possível de ser feito nessa Casa.

Lhe permito o aparte Deputado Renato Adur.

O Sr. Renato Adur - Acompanhando raciocínio de V. Exa., também temos uma cautela Deputado Caíto Quintana, temos procurado analisar para não cometer uma injustiça maior, querendo corrigir uma outra injustiça, também podemos não concordar com a distribuição direta para um único município do total do ICMS, que é o caso de Foz do Iguaçu, mas também não concordamos em que mais quatorze municípios se utilizem de um ICMS, fazendo esta partilha com Foz do Iguaçu, uma vez que pelo próprio critério Deputado Caíto Quintana, Sra. e Srs. Deputados, pelo próprio critério da Lei nº 6390 regulamentada na Lei Federal, em que o ICM a energia gerada pelo Município de Itaipu, pela Usina de Itaipu, que é toda comercializada no Estado de São Paulo, ela é exportada para o Estado de São Paulo, essa energia é imune de ICMS, portanto o Estado do Paraná não recebe um tostão sequer deste ICMS, deste

imposto, deste dinheiro que está sendo por força da Lei a um município, ou mais municípios que estão pleiteando esta questão, esse dinheiro é retirado do ICMS pago pelo feijão vendido no município de Itambé, no município de Cascavel, qualquer outro município, do Pinhão, e qualquer outro município, portanto está sendo retirado do bolo do ICMS do Estado do Paraná, para ser entregue cumprido com uma determinação legal.

Acompanho e aplaudo a iniciativa de V. Exa., bem como o aparte do Deputado Algaci Túlio, e acho que esta questão deveria ser melhor analisada, acredito que V. Exa. deve ter alguma proposta também para ser apresentada nessa Casa, mas acho que acima de tudo, os Prefeitos, todos os Prefeitos do Paraná, não os 356 Prefeitos que estão sendo hoje prejudicados nesse processo em detrimento de dezesseis prefeituras que têm esse benefício, mas somando-se os trezentos e setenta e um prefeitos do Paraná, mas a Assembléia Legislativa, mas o Governo do Estado, enfim, os Deputados Federais, que aqui hoje temos presente, nos somando num processo maior para tentar eliminar aquela emenda José Serra, que houve na Câmara Federal, e que deu esse prejuízo na questão dessa imunidade do ICMS da energia elétrica, e reivindicando para o Paraná, este percentual de energia hidrelétrica de Itaipu, aí sim, havendo recebimento destes valores, aí concordo plenamente que possamos decidir de uma maneira mais justa para aqueles municípios que se sentiram prejudicados, que são os municípios lindeiros.

Agora tiramos uma verba de um bolo do Estado, que é dos outros municípios, na realidade não é Itaipu que está pagando esse dinheiro e de forma indireta a esses municípios, mas se 356 municípios do Paraná, inclusive municípios que representamos, que não tem nada a ver com esta questão, é que estão pagando esta conta.

Portanto, solidarizo-me com Vossa Excelência, e tenho conhecimento de algumas idéias suas, e acredito que será apresentado nesta tarde de hoje.

Obrigado, Senhores Deputados.

O Sr. Valdir Rossoni - Prezado Deputado Caíto.

Dentro da sua argumentação sobre a questão, tem alguns itens que devemos aqui também colocar, para que os Deputados desta Casa tomem juízo da situação, e que tenho certeza absoluta - os Deputados conhecendo também a posição deste que é autor do projeto, tenho certeza de que os Deputados desta Casa vão votar favoravelmente ao projeto.

Aqui na Constituição Federal, no art. 24 (Lê): "Compete à União, aos Estados e

ao Distrito Federal legislarem concorrentemente sobre o Direito Tributário..."

Lá no inciso I (Lê): "No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais."

Quer dizer, a Legislação Federal vai estabelecer normas gerais e nós, aqui no Estado, vamos estabelecer normas específicas para esse caso.

A outra situação que argumenta o Deputado Adur, é que o ICMS não entra do bolão do Estado do Paraná. Não é verdade, não é verdade!

Não temos somente a situação da Usina de Itaipu. Temos a situação de Foz do Areia, de Segredo, de Salto Caxias. E estes municípios também, por falta de uma legislação específica aqui no Estado, não estão recebendo.

Digo mais: a decisão do Supremo Tribunal de Justiça, prova disso que não foi unânime, foi dois a dois. O desempate foi feito pelo Presidente. O que quer dizer isso? Quer dizer que mesmo os Ministros estão em dúvida quanto à questão da legislação. E temos em mãos pareceres dos melhores juristas brasileiros que dizem que esta questão tem que ser regulamentada pelo Estado.

Outra questão: quando tínhamos - há vinte ou trinta anos atrás - usinas no Paraná - e que se diziam usinas grandes - poucas ocupavam áreas de terra de mais de um município. Tenho um exemplo na Região Sul do Estado do Paraná, onde tínhamos a Usina de Salto Grande do Iguaçu, e que foi desativada, somente inundava áreas do Município de Bituruna.

A outra questão que discutimos aqui, é que temos dois tipos de arrecadação nos municípios: o Fundo de Participação, que vem da esfera federal e o ICMS que é legislação estadual. Quando inunda áreas de terra do município, ele perde em população. Por isso, os argumentos que de que os municípios que recebem os "royalties" já estão ressarcidos, não é verdade também. Os municípios, com os "royalties" que recebem, estão sendo ressarcidos da população que eles perderam. Porque todos nós sabemos que o Fundo de Participação é feito pelo número de habitantes. E o ICMS, que é a questão que estamos discutindo na Casa, é feito pela produção.

E aí é que vem a questão que os Senhores Deputados devem atentar-se. Esses municípios - e principalmente os municípios do Lago de Itaipu - perderam centenas e centenas de quilômetros quadrados de área e não estão recebendo ICMS da produção que poderia advir daquela região.

Então, essa sua argumentação e essa preocupação, acredito que, a partir do momento em que Vossa Excelência conversar com juristas que estudaram essa questão, Vossa Excelência vai ter a mesma posição que tem esse Deputado - o Deputado Elio Rusch - e o Deputado Cezar Silvestri. Nós, há mais de seis meses que viemos estudando esse assunto. Por isso não temos dúvidas de votar a favor desse projeto. Porque se não, se ficarmos aqui nesta Casa e adiarmos a votação para o ano que vem, estaremos aqui beneficiando o Município de Foz do Iguaçu.

E o que queremos aqui - se é justa ou injusta - mas gostaria que a lei, para ser justa, tem que atingir a maioria dos municípios do Paraná e defendemos a causa de 60 municípios, não somente as causas do Município de Foz do Iguaçu. Por mais justa que seja ela, ela ainda é injusta, porque prefiro ficar com a maioria da população do Paraná.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado, é um aparte. Vossa Excelência está fazendo um discurso. Meu tempo está correndo.

O Sr. Valdir Rossoni - Somados os Municípios de Maringá e Londrina, não dá a arrecadação de Foz do Iguaçu. Foz do Iguaçu tem 190 mil habitantes e Londrina e Maringá têm 600 mil habitantes.

Só isso prova e justifica o nosso projeto.

Desculpe.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Os Senhores notem, Senhores Parlamentares, como muitas e muitas vezes vota-se por emocionalismo e não avalia-se se uma assertiva é verdadeira ou não. Reconheço o direito de todos, de lutar pelo seu quinhão.

O que Vossa Excelência está dizendo, que se essa Assembléia não votar hoje esta lei, está gerando prejuízos aos demais municípios, o que não é verdadeiro, e vou lhe dizer porque não é verdadeiro. Há dez dias atrás, eu tinha a preocupação de votar esse projeto para esclarecer esse assunto. Hoje eu não tenho, Deputado.

Vossa Excelência diz que tem estudado tanto, e no entanto, na semana passada, no Superior Tribunal, foi dada uma liminar e os municípios lindeiros de Itaipu e os seus Prefeitos estão aqui, a partir de quarta-feira passada começaram a receber a parcela que lhes cabe, em razão de uma liminar. Portanto, não estão perdendo nada.

Segundo lugar, a decisão do Supremo não levou em consideração a existência de uma Lei Estadual que não dá para legislar. Se Vossa Excelência tiver lido o art. 24 um pouco mais, o Senhor encontraria, no

seu § 4º - no mesmo art. 24 da legislação concorrente - o Senhor iria encontrar: (Lê): "A superveniência de lei federal sob normas gerais, suspende a eficácia da lei estadual no que for contrário."

E não estamos aqui, Deputado - entenda bem, gostaria que encontrássemos uma forma de estabelecer justiça. Não tenho porque defender ninguém, nem um município nem outro. Estamos legislando e Vossa Excelência, quando fala em ICMS, esquece de entender o fato gerador do ICMS, que a legislação é pródiga em afirmar que o fato gerador se dá no instante em que a água, elemento natural da natureza, por si só incapaz de gerar energia, na hora em que ela corre na turbina, e a partir da turbina, faz um fato gerador. É aí que incide o ICMS, na saída do produto, onde se consuma o fato gerador. Não há como mudar isso, porque isso é legislação federal.

Quero ir além.

O Sr. Élio Rusch - Permite um aparte?

O SR. CAÍTO QUINTANA - Na sequência.

Tem uma emenda, que assinei o apoio - deve ser votada junto ao processo que redistribui os 25% do ICMS a todos os municípios. É inconstitucional também. Também não pode. Assinei, mas sei que não pode. A legislação está dizendo, Deputado. Aí sim, tínhamos que sentar para conversar e aí sim, seria - se esta lei não fosse abrangente: 1/4 sobre os 25% do valor agregado. Esse, a Assembléia tem competência para redistribuir. 1/4 dos 25% do valor agregado, do valor adicional. Esse nós temos. O outro, não temos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência consulta a Liderança do PMDB se cede horário ao Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Concedo aparte ao Deputado Élio Rusch.

O Sr. Élio Rusch - Na verdade, a legislação que regulamenta o ICMS no País está confusa, principalmente no que se refere às hidrelétricas. Por que ela está confusa? Porque o ICMS foi instituído sobre a energia elétrica com a promulgação da Constituição de 88. Até 88 não tínhamos ICMS, tínhamos, apenas, o imposto único. Toda legislação que regulamenta o ICMS é anterior à Constituição. Lógico que toda ela foi adaptada. A própria Lei 8933 que é a Lei Estadual, nós temos a Lei Complementar 63 que é exatamente a Lei que regulamenta o ICMS. E temos hoje, a nível de Brasília, se travando uma batalha no campo jurídico. E o que se está travando hoje não é o direito constitucional, mas sim,

se discute o direito e não a constitucionalidade da lei.

O Valdir Rossoni, Deputado ilustre e um dos autores do projeto, fez menção sobre o art. 24 da Constituição. Mas, Vossa Excelência fez menção sobre o § 4º do art. 24. Cai, imediatamente, a eficácia da lei estadual quando uma lei federal a regulamenta. Não existe uma definição clara na Lei Complementar nº 63 sobre a quem você credita o ICMS. Nós sabemos que a lei federal, a própria Constituição, a Lei Complementar 63, o convênio 66 são todos federais, bem como a lei estadual que fala sobre o fato gerador, mas, fala também, do local do estabelecimento.

Tenho em mãos o voto do relator do processo, Ministro Humberto Gomes de Barros, voto vencido. É o voto do relator, vencido, mas em Plenário deu 2 a 2. E ele, numa certa altura do seu voto, diz o seguinte:

"Vejamos o valor agregado".

E Vossa Excelência e o Deputado Renato Adur fizeram questão sobre o valor agregado. Lógico que a Assembléia Legislativa e nós, no Estado, não podemos legislar sobre 75%, nós podemos legislar sobre 1/4. Mas, diz o Ministro, que nós estamos suplementando e complementando exatamente a lei federal com a lei estadual.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado Lino, não existe isso de complementar lei federal com lei estadual, Deputado! São esferas de poder!

O Sr. Élio Rusch - Diz na Constituição do Estado, acho que art. 13 também. Vejamos: "Adicionar é acrescentar, é juntar alguma coisa a outra já existente. Para que ocorra adição, é necessário a existência de várias entidades. Duas, no mínimo, a serem incorporadas". É logicamente impossível adicionar algo a zero e a energia elétrica, o ICMS é valor adicionado. Adicionado a quê? A água é de graça? A água é um produto primário, é o valor agregado que pela força da natureza está isento. Não se credita o município gerador, o município que produz a matéria-prima. Logo, então, definimos através da Lei o local de estabelecimento.

E o que é uma hidrelétrica? A hidrelétrica é um complexo industrial formado por 3 elementos básicos que são: barragem, casa de força e o reservatório. E na ausência de um desses elementos, não teremos energia elétrica. Logo, então, quando a Itaipu, Salto Segredo, Salto Osório, que também estão na Justiça hoje e vão entrar na mesma briga da Itaipu dos municípios lindeiros.

É uma questão que envolve o Estado do Paraná todo. São mais de 60 municípios que

estão sendo prejudicados e é impossível que a Assembléia vai querer agora se curvar diante disso aí. Temos que regulamentar isso. Agora, se a lei for inconstitucional, cabe a qualquer prefeito, qualquer cidadão argüir a inconstitucionalidade junto ao Supremo, para ver o que vai acontecer. Mas, devemos fazer a nossa parte. Entendo e entendemos que uma hidrelétrica é um complexo industrial e esse complexo industrial é formado por três elementos. E é isso que temos que regulamentar.

Obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Deputado, concordo com Vossa Excelência. Entendo assim e Vossa Excelência entende assim. Participo da tese de que deva existir distribuição aos demais municípios. Participo da tese. Tenho municípios que representam que estão nisso. Mas, não é isso que está se julgando, está se julgando o fato gerador específico de lei, de tributação.

A minha sugestão, portanto, por isso fiz questão do pronunciamento no Grande Expediente para dar tempo de nós conversarmos, Deputado Rossoni, Deputado Élio Lino, demais Lideranças, Prefeitos.

Tenho um requerimento que não encaminhei à Mesa ainda, espero que se converse sobre ele, dizendo o seguinte: o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente requer, constituição de uma Comissão Especial composta de cinco membros, com prazo de 60 dias, com data de início a ser estabelecido conforme o Regimento Interno determina para discutir o Projeto de Lei nº 390/94, que dispõe sobre redistribuição de ICMS.

Qual é a minha vontade com isto, Deputado Élio Lino? Que Vossa Excelência, que o Deputado Rossoni, que outros membros indicados pelas bancadas que fazem assento nesta Casa, debruçados sobre essa legislação inteira, possa estudar um parecer que nos traga luz sobre a matéria.

Não estou querendo votar aqui hoje nem a favor do interesse de um, nem interesse de outro, principalmente, notem uma coisa, Senhores Deputados, o projeto está entrando na Ordem do Dia de hoje, graças a uma briga, diga-se de passagem, briga no bom sentido, do Deputado Rossoni, Deputado Élio Lino Rusch, mas está entrando em votação neste Plenário sem parecer de nenhuma comissão, como se nós tivéssemos que discutir isto agora nesta Sessão que se encerra daqui a três dias.

Por que nós não agirmos como Parlamentares? Formamos uma Comissão de cinco membros, colocando as partes interessadas, discutindo para que possamos fazer uma lei que efetivamente resolva o problema, que traga solução, que distribua a melhor for-

ma possível, que seja o embrião de uma luta paranaense para que haja tributação sobre a energia elétrica.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa que o Horário da Liderança do PMDB está terminado e lhe concede mais um minuto para concluir.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Só para concluir.

Chamo a atenção desta Casa: qualquer distribuição de ICMS que não seja pautada em decisão judicial um assunto que está "sub judice" vai fazer indiscutivelmente o Estado do Paraná ser acionado na justiça pela parte ganhadora e pedir ressarcimento do tempo que não recebeu. Esta é a consequência lógica de que nós tenhamos que pagar se não fizemos um estudo profundo para que haja justiça, para que se veja que nós só podemos mexer sobre um quarto dos vinte e cinco por cento e não sobre a totalidade, porque está sendo injusto conforme Foz recebe, continua sendo injusto da forma desta lei e é importante que esta Casa se debruce sobre o assunto e possa, definitivamente, à luz do direito e da razão, decidir, deixando de lado o emocionalismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Liderança do PL, PTB, PFL, PP, PT, PDT, Liderança do Governo.

(Todos declinaram)

Passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 165/94, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva dar nova redação ao art. 2º, da Lei nº 9294, de 13 de junho de 1990, com vistas a autorizar o Poder Executivo a doar à Fundação Cardíaco - Fundação de Amparo à Pesquisa em Doenças Cardiovasculares, entidade sem fins lucrativos e devidamente declarada de Utilidade Pública. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Projetos de Decreto Legislativo em nº de 02 (dois) da Comissão Executiva, constantes do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei, de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Solicito a atenção dos Srs. Deputados, dado que temos diversos requerimentos solicitando preferência de votação e temos um requerimento solicitando votação nominal.

Esses requerimentos serão submetidos a

Plenário para deliberação.

De autoria do Deputado Cezar Silvestri, requerimento constante do expediente, está sendo colocado pela ordem de chegada à Mesa. Cezar Silvestri, requer preferência de votação ao Projeto de Lei nº 390/94, item nº 28, da Ordem do Dia. Trata do ICMS. O requerimento está em votação.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, na Sessão de ontem encaminhamos um requerimento à análise do Plenário e, ele soberanamente decidiu que visava criar, transformar o Plenário em Comissão Geral para analisarmos todas as matérias pendentes, e eu dizia, na oportunidade, inclusive a que trata do aumento do funcionalismo público do Estado, tendo em vista que temos como período ordinário de funcionamento da Casa até a próxima quinta-feira, dia 15. Hoje, regimentalmente volta um requerimento pleiteando que se transforme este Plenário em Comissão Geral para votarmos esta matéria extremamente polêmica que o Deputado Caíto Quintana, com muita competência colocou à Casa, e que suscitou inclusive uma ampla discussão.

Nesse sentido, Sr. Presidente, quero fazer um apelo a V. Exa.. Tem aí em poder da Mesa um requerimento de autoria do Deputado Caíto Quintana, com base no Regimento, pleiteando a constituição de uma Comissão Especial, formada de cinco Deputados, para num prazo máximo de sessenta dias desenvolver estudos a respeito dessa questão, já que ela realmente é polêmica, temos dúvida quanto a sua legalidade, quanto a sua juridicidade, e a partir então dessa análise criteriosa que essa comissão faria, inclusive com membros do Partido do Deputado Élio Rusch, do Deputado Valdir Rossoni, que podem inclusive compor essa comissão. A Casa receberia estes estudos, e aí sim, então iríamos nos posicionar de maneira equilibrada, menos emocional, e sem esta pressa de fim de legislatura.

Portanto, apelo a V. Exa. que coloque em votação a proposta de constituição de uma Comissão especial para a análise da matéria que o Deputado Caíto Quintana subscreveu, porque caso contrário não nos restará um outro posicionamento que não votarmos lementavelmente, contra a constituição do Plenário em Comissão Geral para análise de uma matéria tão polêmica, tão complexa quanto esta.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informa ao Deputado Tavares que neste momento estamos apenas encaminhando a votação para sabermos se esse Projeto será apreciado em primeiro lugar, de preferência evidentemente sobre todas as de-

mais matérias. No momento em que ele for levado a discussão e votação a Mesa colocará o Requerimento de autoria do Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, um requerimento que se encontra sobre a Mesa, pedindo a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei nº 390/94 e colocará também o requerimento do Deputado Caíto Quintana que propõe a formação de uma Comissão Especial.

Nesse momento estamos apenas votando o requerimento do Deputado Cezar Silvestri que propõe a preferência para discussão e votação dessa matéria.

O SR. JOSÉ TAVARES - É apenas preferência?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É apenas preferência de votação.

O SR. JOSÉ TAVARES - Não se trata do requerimento de formação de Comissão Geral?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Não. Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Sobre a mesa vários requerimentos de preferência de votação de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constantes do expediente solicitando preferência de votação para os Projetos de Lei, nºs 362, 382, 389, 398, 399, 401, 402, 404, 405 e 397. **Aprovados.**

Requerimento de preferência de votação para o Projeto de Lei nº 383/94, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento de preferência de votação para o Projeto de Lei nº 294/94, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, **Aprovado.**

Preferência de votação para o Projeto de Lei nº 315/94, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.**

Preferência de votação para o Projeto de Lei nº 332/94, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.**

Preferência de votação para o Projeto de Lei nº 369/94, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.**

Preferência de votação para o Projeto de Lei nº 370/94, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimento de nº 10, Preferência para o Projeto de Lei nº 409/94, de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente. **Aprovado.**

Requerimentos de preferência de votação para os Projetos de Lei nºs 411, 413, 415, 416 e 417/94 de autoria do Sr. Depu-

tado José Tavares, constantes do expediente. **Aprovados.**

Obedecendo às preferências: 1.^a discussão do Projeto de Lei nº 390/94. Sobre o mesmo, dois requerimentos: um de autoria do Deputado Erondy Silvério, Presidente da C.C.J..

(Lê o requerimento).

Rejeitado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Recorro à Mesa para que me dê alguma informação, baseado em que artigo do Regimento, o Departamento Legislativo e a Mesa traz ao Plenário, projeto de lei sem qualquer parecer de qualquer uma das Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Artigo 183: Aprovado pela Assembléia o requerimento de urgência para qualquer proposição será esta encaminhada da seguinte forma:

Será concedido prazo de 48 horas a cada uma das Comissões Permanentes que devam opinar a respeito para que profiram os seus respectivos pareceres.

Expirados os prazos em apreço será proposição incluída na Ordem do Dia, caso haja merecido os pareceres das Comissões Permanentes. Na falta desses pareceres, a proposição figurará em pauta, na forma regimental, antes de ser incluída na Ordem do Dia.

De autoria do Deputado Luiz Carlos Caíto Quintana, constante do expediente, requer a constituição de uma Comissão Especial composta de cinco membros, com prazo de sessenta dias, com data início a ser estabelecida conforme determina o Regimento Interno, para discutir o Projeto de Lei nº 390/94, que dispõe sobre a distribuição do ICMS referente a energia elétrica gerada pela Hidrelétrica de Itaipu.

Esta em votação o requerimento.

Lembramos aos Senhores Deputados, que aprovado o requerimento, o projeto não irá também à votação na Sessão de hoje.

Senhores Deputados que forem favoráveis ao requerimento, queiram levantar-se. **Está rejeitado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 28

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 390/94, de autoria dos Deputados Élio Lino Rusch e outros. Acresce e altera dispositivos da Lei Estadual nº 8.933/89 (Lei do ICMS). SEM PARECERES EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 136, de 22.11.94). Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Por ser coerente com a manifestação que fiz da tribuna, por julgar que essa lei, aprovada na Assembléia, não vai alterar em nada um assunto sub judice; está no Superior Tribunal Federal.

Lamentavelmente, para não me acovardar frente ao resultado, eu registro meu voto contrário pela coerência do pronunciamento. Não gostaria que fosse assim, mas como a Assembléia prefere não formar uma Comissão para estudar criteriosamente o aspecto de constitucionalidade, sou obrigado a votar contra, que acho que esse projeto é inconstitucional, está dividindo o bolo que não é seu, e não vai surtir efeito nenhum.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Gostaria, também mantendo a mesma coerência, de registrar meu voto contrário ao referido projeto de lei.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, também me manifestei e votei a favor que entrasse em votação no dia de hoje esse projeto de lei alterando a distribuição de ICMS, porque a preocupação que este Deputado tem, quando representa os sete municípios hoje, que vêm pagando a conta dessa arrecadação que Foz do Iguaçu recebe, da mesma forma também não concordo com a forma desse projeto apresentado. Esse recurso financeiro não está chegando aos cofres públicos do Estado do Paraná, dessa forma é necessária a urgência de liquidarmos imediatamente o tão propagado projeto, aonde Foz do Iguaçu aqui faz o seu "lobby", onde os municípios da região que foram alijados com o recebimento desse recurso e querem a sua volta também, aqui estão, e com muita razão, presentes reivindicando. Mas os trezentos e setenta municípios do Paraná é que estão pagando a conta, visto que São Paulo não está pagando aos cofres do Estado do Paraná a energia que recebe de Foz do Iguaçu.

Por esta razão é que apresentaremos amanhã a esta casa uma emenda transformando esse recurso em benefício de todos os municípios do Estado do Paraná, visto que em todas as regiões há uma preocupação muito grande com o meio ambiente, com rios, rio Piquiri, rio Iguaçu, rio Ivaí e tantos outros rios onde os prefeitos desses municípios têm que fazer a preservação.

Por esta razão é que amanhã estaremos aqui discutindo e apresentando a emenda para que todos sejam iguais neste Estado do Paraná.

O SR. DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR (Pela Ordem) - Da mesma forma, Senhor Presidente, endossando as palavras do Deputado Caíto

Quintana na tarde da sessão de hoje, gostaria de registrar o meu voto contrário à fora como se está conduzindo este projeto.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Da mesma forma e não entrando no mérito da matéria, nada contra este ou aquele município, mas pelo fato de que o projeto encontra-se com uma lei federal ainda "sub judice" e não querendo enganar-se como Deputado e não estando aqui para enganar ninguém, também, querendo votar com coerência, em cima de um conhecimento, quero registrar também o meu voto contrário.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Quero registrar a minha posição, tendo em vista o fato extraordinário desta nobre Casa de Leis revogar um princípio constitucional da Hipótese de Incidência Tributária ao bel-prazer efetivamente da força que temos como legisladores, mas estamos revogando um princípio tributário, aviltando esse princípio neste momento sem a devida discussão.

Hipótese de Incidência Tributária não pode ser tratada por uma lei ao nível da Assembléia Estadual, revogando todos os princípios constitucionais, tendo em vista uma injustiça maior que se comete com o Estado do Paraná da imunidade tributária. Esta sim, deveria ser o alvo principal da discussão: fazer com que o nosso Estado do Paraná fosse beneficiado com a tributação do ICMS na transferência da energia entre Estados. Isto, infelizmente, não está sendo discutido. E, além disso, estamos revogando um princípio constitucional, estamos jogando pela janela o que determina a lei, no caso a Constituição Federal, toda a doutrina sobre o que é Hipótese de Incidência Tributária, que alguns chamam de fato gerador.

Por estas razões sou contrário e, sem dúvida alguma, se não puder discutir hoje, vamos discutir na sessão de amanhã.

O SR. TOTI COLAÇO (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Da mesma forma, quero parabenizar, inclusive, o Deputado Caíto Quintana, pela exposição de motivos, pela forma segura com que se colocou na tribuna e também quero, sem nenhum constrangimento, declarar o meu voto contrário, acompanhando, inclusive, o Deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Atendendo às preferências de votação, 2.^a Discussão do Projeto de Lei nº 362/94, de autoria do Poder Executivo.

ITEM 18

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 362/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 123/94, que ficam transformados em 15 (quinze) cargos de Médico, Padrão/Classe V01, em 15 (quinze) cargos de Médico Plantonista, Padrão/Classe P01, no Quadro do Pessoal do Instituto de Saúde do Estado do Paraná - ISEPR. COM PARECER DA C.C.J.. Em votação.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO
AO PROJETO E LEI Nº 362/94

Inclua-se, onde couber no Projeto de Lei nº 362/94 o seguinte artigo:

Art. - Ficam transformados, 21 (vinte e um) cargos de Assessor Símbolo DAS-5, da Casa Civil em:
05 (cinco) cargos de Assessor Especial do Governador- A-1;
05 (cinco) cargos de Assessor da Governadoria símbolo DAS-1 e;
01 (hum) cargo de Chefe de Gabinete do Governador - A-1;
02 (dois) cargos de Assessor da Vice-Governadoria, símbolo DAS-5.

Parágrafo Único - Fica fixado o vencimento mensal, do cargo de Assessor A-1, em CR\$ 1.496,89 (Hum mil, quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e nove centavos).

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Ademar Traiano, Basílio Zanusso, Paulo Maia, Erondy Silvério, Costenaro Neto, Plauto Miró Guimarães

JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda, objetiva transformar cargos em Comissão- DAS-5, em cargos de Assessorias, visando dotar a chefia do Poder Executivo e Vice-Governadoria, de menor número de cargos para serem preenchidos em funções de estrita confiança.

Esta emenda não aumenta a despesa, pelo contrário diminui em aproximadamente R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

21 cargos DAS-5

21 X 824,17 = 17.307,57

Cargos Transformados

06 X A-1	= 1.496,89	= 8.931,84
05 X DAS-1	= 1.272,35	= 6.361,75
02 X DAS-5	= 824,17	= 1.648,24
TOTAL.....		16.941,83

O SR. ERNANI PUDELL (Para Discutir) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pela ordem, Vossa Excelência tem em mãos a Emenda de Plenário? Poderia lê-la para mim, por obséquio, para que eu pudessemos discutir a matéria?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa encaminha a Vossa Excelência o projeto original e a Emenda de Plenário.

O SR. ERNANI PUDELL - Perfeito.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Considerarei oportuno discutir esse projeto, porque entendo que ele deve ser analisado no conjunto, no bojo das demais discussões que deve se travar nesta Casa, a respeito do polêmico reajuste dos servidores do Estado do Paraná.

Esse projeto, aparentemente traz na sua mensagem original, uma matéria que não tem maior relevância, pelo contrário, ele pretende - segundo a Mensagem do Governo - a transformação de 15 cargos de Médico, padrão/classe V01, em 15 cargos de Plantonistas. Obviamente que é uma medida que o Governo do Estado deve estar adotando no sentido de adequar melhor um grupo de Médicos que prestam serviços ao nosso Estado. Todavia, de uma forma um tanto esquisita, se inclui nesta Mensagem, uma Emenda Aditiva, que não pude decifrar quem a subscreveu, que transforma 21 cargos de Assessor, símbolo DAS-5, na Casa Civil, numa série de outros cargos.

Para quem não sabe, os DAS-5 da Casa Civil, são os notórios "Aspones" que circulam ao redor do gabinete do Governador e que não sabemos exatamente a que se destinam, mas chamou-me a atenção, porque esta Emenda revela a incoerência daqueles que procuram hoje negar o reajuste diferenciado dos servidores do Estado do Paraná, e especialmente aqueles que detêm cargos e funções de nível médio, de nível superior e que sofreram, por parte do atual Governador do Estado, Mário Pereira, uma proposta de readequação.

Podemos discutir o mérito dessa matéria. Podemos, e sinto-me obrigado a reconhecer que a proposta não é a ideal, o consenso que obtivemos com o substitutivo do governo, mas tenho que reconhecer mesmo que seja feito no apagar das luzes desse governo, uma política de valorização dos quadros superiores do Estado, que está levando em conta a realidade de evasão muito grande desses quadros do serviço público: técnicos do IAPAR, do IPARDES, médicos, engenheiros do DER, que ganham migalhas e que levaram muitos anos em investimentos no Estado do Paraná e que hoje não se sentam mais...

(Manifestação das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita aos visitantes que se comportem dentro daquilo que estabelece o nosso Regimento, sob pena de termos que suspender a Sessão e não ocorrer nenhuma votação.

O SR. ERNANI PUDELL - Em condições de permanecer no serviço público, dado à remuneração que recebem.

Então entendo que há um esforço do atual Governo do Estado. Não é a ideal. Lógico que não é. Podemos até questionar o Governo por que o faz apenas agora, no final de 12 anos de gestão do PMDB? Mas não podemos nós aqui analisar essa proposta, do ponto de vista de quem interessa levar os louros dessa decisão, se o atual governador ou o governador que irá assumir. Agora, contrário à proposta do reajuste diferenciado, a Bancada de sustentação do futuro Governo do Estado do Paraná apresenta uma proposta de reajuste linear de 16% quando o mínimo de 14 já está garantido a todos os servidores.

Agora, o que é que esta matéria tem a ver com a emenda que me referi, Senhores Deputados? Os "aspones" do Palácio Iguaçu serão transformados, diminuídos, enxugados para 5 cargos de assessor especial do Governador, numa simbologia nova criada, denominada AU com seu vencimento básico 1.496,00 que, acrescentado a uma gratificação de tempo integral de 100%, eleva a remuneração a 3 mil reais. Salário idêntico ao de um Deputado Estadual, neste momento.

Quero usar o argumento desta emenda para justificar o projeto que virá em seguida. Se pode se reconhecer aqui a importância e a necessidade para que o futuro Governador do Estado do Paraná, Senhor Jaime Lerner, tenha ao seu redor cinco assessores. Poderíamos denominar marajás, mas não vamos exagerar. Assessores que, com esse salário, poderão ser qualificados, gente que poderá ser extraído da iniciativa privada com um salário condizente, por que é que os demais servidores do Paraná não têm direito? Apenas aos puxa-sacos, aos "aspone"! Se vai fazer readequação de tabela!

O que acho mais grave de tudo, me perdoe, é que, na verdade, a aprovação dessas matérias - no meu entendimento - significará do ponto de vista político a cassação branca do atual Governador do Estado. Esta Assembléia não pode se prestar ao papel, de ficar legislando, tomando iniciativas dessa natureza que deveriam ser tomadas pelo futuro Governador.

Se o futuro Governador fizer como diz, ou pelo menos sugerem alguns Deputados que lhe darão sustentação, de que irá fazer uma readequação, um plano de cargos e salário por que é que o futuro Governador não envia ele esta Mensagem e paga o ônus da criação do trem da alegria?

Aliás, o Trem Prata, para quem não sabe é aquele trem recentemente inaugurado na rota São Paulo-Rio de Janeiro que é um verdadeiro luxo. Então quero chamar a

atenção pela incoerência do que nós estamos aprovando. Vou mais além. Aterrissou de última hora nesta Casa também, uma mensagem que eu acredito deverá ser aprovada, de concessão de um auxílio aos municípios do Paraná na ordem de, aproximadamente, 10 milhões de reais, mais de 10 milhões de dólares com o objetivo de ajudar as prefeituras pobres do Paraná a pagar o 13º dos seus funcionários.

Quer dizer, este Poder aprovará uma medida em que o Estado do Paraná vai fornecer às prefeituras que não têm condições, sequer, de pagar a sua folha de pagamento e o seu 13º, mas que nós criamos generosamente inúmeros municípios nesta Casa e depois não consegue sequer pagar a folha de pagamento, mas se recusa a dar um aumento significativo para o funcionalismo!

Para que os senhores tenham uma idéia, consta-me que a folha de pagamento do Paraná deve estar em torno, próximo de 100 milhões de reais. Dez milhões de reais significariam perto de 7, 8, 10% de um reajuste que poderia ser dado linear a todos os funcionários do Estado do Paraná.

Quero concluir o meu raciocínio e o nosso posicionamento dizendo o seguinte: não vamos aqui fazer demagogia e defender reajuste que o Estado não possa pagar. Entendo que o governo que sai também não tem o direito, nenhuma de nós tem o direito de comprometer o futuro Governo do Estado com uma folha de pagamento que não poderá arcar.

Aliás, o Partido dos Trabalhadores na sua única administração municipal neste Estado foi vítima desse tipo de manobra, onde um determinado ex-prefeito adota uma política salarial muito generosa, sai com os louros perante os funcionários públicos, mas impossibilita o futuro prefeito de pagá-la.

Entendo, neste momento, que a proposta que foi enviada no Substitutivo do Governo do Estado do Paraná é a proposta mais adequada que permitirá certamente o Governo do Estado pelas informações que tivemos do Secretário de Administração, do Secretário de Finanças, a bancar o reajuste.

Por isso, Senhores Deputados, quero chamar a atenção aqui: aqueles que forem votar pelo reajuste linear de 16% têm a obrigação moral, ética e a coerência, o dever de coerência de votar contra essa emenda, porque se nós podemos arrumar o salário dos amigos do futuro Governador que pertencem, talvez, a alta classe da sociedade paranaense, para tornar atrativos os cargos, nós temos também a obrigação moral de readequar as tabelas dos demais servidores do Estado do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Tenho em mãos a cópia, a Emenda Aditiva nº 362/94 que cria esses cargos em torno de 3 milhões de cruzeiros de cada um, porque tem aqui os 100%.

Gostaria de saber quem foi que subscreveu essa emenda, quem foram os Parlamentares, porque o nome aqui está ilegível, não diz o Partido e nem o nome do Parlamentar. Gostaria que a Mesa informasse a esta Casa quem são os Parlamentares que subscreveram esta emenda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa solicita ao Deputado Ernani a devolução do projeto e da emenda. Em votação o Projeto 362, ressalvada a emenda.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - A informação que solicitei à Mesa foi para que a Mesa nos informasse quem foi o Parlamentar que subscreveu a referida emenda?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Ademar Traiano e Basílio Zanusso e apoio de outros Parlamentares: Costenaro Neto, Plauto e Erondy Silvério.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, apenas e mais uma vez para chamar a atenção dos fatos que nós votamos.

Queria colocar a esta Casa neste encaminhamento o seguinte: pela Lei nº 8002, o então Governador José Richa criou os cargos de assessoramento de nível superior da Casa Civil do Governo do Estado do Paraná, eram sete assessores, assessor técnico DAS-3, e assim vem até 14-C, esses cargos lá criados. O que mais importa, que quero chamar a atenção, é uma lei do então Governador Jaime Canet Júnior, que define os cargos a cada função dentro da Casa Civil. O que quero chamar a atenção é o seguinte: por exemplo, um DAS-1 na Casa Civil é um cargo em comissão dado ao Diretor Geral da Casa Civil, um cargo DAS-2 na Casa Civil é dado aos sub-chefes, tanto da sub-chefia do setor legislativo, do setor técnico, e assim por diante.

Tem uma hierarquia de leis em vigor, determinando os cargos que podem ser dados dependendo da função dentro da estrutura do Poder. E chega a Chefe de Gabinete do Governador, ou do Secretário com o cargo DAS-5, não pode ser um DAS-5, pela hierarquia da lei.

Estamos criando aqui, transformando pela emenda, e queria pedir vênias aos Deputados que apresentaram a emenda, se possível retirá-la, apresentar num projeto a parte depois de avaliado essas leis que estou citando, porque nesses cargos está criando por exemplo: chefe de gabinete do Governo uma simbologia que não existe na

Curitiba, terça, em 13.12.94

Casa Civil, não tem lei criada, não existe simbologia 1, só existe DAS-5. O chefe de gabinete do Governador e o chefe de gabinete do vice-Governador terão uma simbologia A-1, não é isso? Com R\$ 2.020,00 de salário, que com o 100% chega a mais de R\$ 4.000,00. Seguramente receberão mais que o Secretário-Chefe da Casa Civil, mais que o salário do Governador, quebrando completamente a hierarquia de cargos estabelecida naquele Poder. Não é possível que o Chefe de Gabinete do vice-Governador ganhe mais que o próprio Secretário, ganhe mais que o Diretor-Geral. Quebramos a hierarquia de uma lei que é do tempo do ex-Governador Jaime Canet Júnior que vai complicar toda a estrutura da Casa Civil nesses cargos que estamos transformando e portanto não pode prosperar essa emenda sob pena de gerar problemas na composição futura de Governo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa só informa ao Deputado Caíto Quintana que o valor fixado para o cargo A-1 é de R\$ 1.496,89.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - A emenda que me passaram então foi substituída porque aqui tenho uma emenda...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Ela foi substituída ontem ainda junto à Mesa porque os valores estavam incorretos.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Mesmo substituindo a emenda, mantenho a função da quebra de hierarquia nos cargos da Casa Civil.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para deixar claro que não sou o autor da emenda, vou votar contra a emenda. A minha assinatura foi de apoio à tramitação. Não aceito, não concordo com esse tipo de coisa: assinei, subscrevi dando apoio para que houvesse a tramitação, não o meu voto, nem sou o autor.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, considero grave a denúncia feita pelo Deputado Basílio Zanusso. Ou a Mesa deve refazer ou transformando esse Plenário quem são os autores da emenda, ou criamos um problema sério, porque o Deputado Basílio foi anunciado como autor da emenda e anuncia que não é autor da emenda. Há necessidade de esclarecer ao Plenário quem são os autores da referida emenda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa informou o nome dos Deputados que subscreveram as emendas como autores, ou como apoiadores da emenda.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Creio que as coisas devem ser colocadas com toda clareza. Primeiro, a Mensagem de alteração de cargos que aqui está posta não é de iniciativa do Governador eleito, Jaime Lerner, e o nosso entendimento para que também as coisas sejam transparentes, temos aqui proposta de criação de cargos em outros setores do Governo. E para demonstrar, de fato, coerência, estamos convocando a todos para que, neste Plenário, aprovelem a derrubada de todas as Mensagens de criação de cargos que estão aqui.

São casos que dizem respeito à Mensagem nº 151, são 58 cargos de provimento efetivo, no quadro geral, que nós, por entendimento, achávamos justo que se criasse, porque trata de uma questão penitenciaría. É bom que se frise também, a criação, por iniciativa do Poder Executivo, que não é o Jaime Lerner, a criação de 436 cargos na UNIOESTE, para atender às necessidades da UNIOESTE. Acharmos que esses cargos deveriam ser criados, mas, para que se prove, de fato, a coerência, estamos convocando a todo Plenário para que derrubemos todas as Mensagens que tratam da criação de cargos, nesta oportunidade.

Coerência vai ser dessa forma, não procurando acusar quem ainda não chegou ao Poder, de que ele está extrapolando ou indo contra quem quer que seja.

Temos a certeza de que a partir de janeiro de 1995 o Paraná há de conhecer as propostas de Governo. E assim como nós nesta Casa jamais ficamos em cima de muro para tomar qualquer posição e desta forma continuaremos atuando, desta forma continuaremos a agir, e desta forma agimos, nesta Casa, durante 4 anos de trabalho, de cabeça erguida, sendo discriminado pelo atual Governo. Este Governo que, se tem interesse em termos de funcionários públicos ou de outros órgãos, teve oito anos e não quatro para fazê-lo.

E é bom que se registre, se estas preocupações existem, das disparidades funcionais, o atual Governo do Paraná, S. Exa. o Governador Mário Pereira também foi Secretário da Administração no Governo Alvaro Dias. E foi dali para cá que se implantou verdadeiro achatamento e o verdadeiro caos na vida do servidor público.

E acho que não há necessidade de se votar, nesta Casa, para aplausos, creio que o funcionário público tem todo direito de fazer a sua manifestação e a pressão, e tenho consciência de que o nosso trabalho, nesta Casa jamais envergonhou quem tenha votado em nós.

E hoje temos mais de 200.000 funcionários públicos e tenho certeza que na hora em que essa consciência for criada os funcionários públicos não deixarão de ter re-

apresentação, como na próxima legislatura, porque aqui fica apenas a de um Deputado que é o Dr. Rosinha.

Com certeza quando esta consciência for criada, no funcionalismo público, aqui não terão apenas um ou dois, mas terão 10, 20 ou mais Deputados.

Por isso não se pode jogar responsabilidade de forma demagógica, como se essas iniciativas estivessem sendo tomadas pelo Governador eleito, Jaime Lerner.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, confesso que não entendi o encaminhamento do Líder do PDT, porque se estou enganado, está propondo derrubar todas as mensagens que criam cargos. Cargos de médicos, de agentes penitenciários, cuja situação está caótica, de funcionários, que ao que me consta irão administrar um hospital regional...

O que nós questionamos não foram as mensagens do Governo, de criação desses cargos, questionamos o fato de ter sido embutido numa dessas mensagens uma reformulação ~~uma~~ readequação salarial para cargos de assessoria especial do Governador. E o que exigimos aqui foi coerência! Então quero fazer uma questão de Ordem, uma proposta, aprovamos toda criação de cargo, aprovamos a emenda que cria os marajás, tiramos os "aspone" e criamos os marajás. Perfeito, é uma vontade do novo Governador, mas vamos votar coerentes, aí aprovamos o substitutivo do Governo do Estado que concede um reajuste mínimo de 14% e um reajuste diferenciado para outras categorias. Isto é coerência!

E quero dizer mais: chamo atenção aqui para um fato político da maior gravidade, acho que o futuro Governador do Estado do Paraná não compactua com este tipo de comportamento, de inviabilizar a criação e aprovação de mensagens que são do interesse público. E digo mais: isso é uma chantagem que não se admite no Poder Legislativo, porque aí teremos o direito, por exemplo, Sr. Presidente, de não aprovar a Mensagem do IPVA. Aí quero ver como é que vai ficar o novo governo sem o imposto sobre veículos automotores. Alguma vez a bancada que perde o poder ameaçou disso? Ou a Bancada da Oposição?

Seria uma atitude de irresponsabilidade política que tenho certeza de que o Governador eleito jamais iria compactuar.

Então entendo que o encaminhamento correto é o seguinte: quem é a favor do reajuste linear de 16, vota contra a emenda que cria os assessores especiais com cargo de 3 mil reais. Isso por uma questão de coerência. Essa é a proposta mais adequada. E o resto se aprova de acordo com o interesse público, porque se rejeitarmos a aprovação de cargos para médicos, para

agentes penitenciários que são da maior importância, poderíamos, também, negar a aprovação do IPVA e aí quero saber como é que ficará o futuro governo, principalmente levando em conta o princípio anualidade. Ficará um ano sem poder cobrar IPVA. Seria uma atitude de retaliação natural diante do posicionamento que o ilustre Paulo Maia acabou de adotar neste momento.

Muito obrigado.

O SR. DR. ROSINHA (Para encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mensagem do Poder Executivo que visa a transformação de 15 cargos médicos padrão classe V ou zero, um em 15 cargos de médicos plantonistas, padrão classe P, zero um, deve ser analisada sem paixão nenhuma, mas analisada dentro da realidade que ela exige. Já diz claro no cabeçalho: é a transformação de uns cargos em outros. Significa que o serviço de atendimento de emergências da capital, o SIATE, hoje usa esses médicos que estão especificados nessas tabelas. São classes de médicos que foram aprovados em concursos diferentes, em momentos diferentes pelo Governo do Estado. Esses 15 médicos, esses 15 cargos que estão sendo transformados, são os médicos que atualmente foram aprovados em concurso público mais recente e percebem um salário de 2/3 a 50% inferiores àqueles que lá estavam e exercendo as mesmas atividades e a mesma função.

Essa mensagem visa, única e exclusivamente, a isonomia de salários entre os médicos que lá tinham e os que agora entraram recentemente em concurso, portanto a Mensagem é justa, não só pela isonomia salarial, mas no sentido inclusive social, pois a exigência que tem daqueles profissionais que atuam no SIATE na Cidade de Curitiba é muito grande. E hoje, 50% não percebe salário digno, ou seja, 50% abaixo do que os demais. Então a Mensagem do Governador é importante que seja aprovada.

Agora, a emenda lida e colocada contrária pelo Deputado Ernani Pudell, essa sim, não deve ser aprovada, porque essa emenda não caberia nessa mensagem se fosse analisar com técnica legislativa adequada.

Defendamos a aprovação da mensagem e rejeitemos a emenda proposta, não por causa de um erro de alguns Parlamentares, ao fazerem um "trem da alegria", que venham pagar o pato trabalhadores profissionais do SIATE, que tanto o Município de Curitiba necessita e que tão mal remunerados são pelo Governo do Estado.

Portanto, defendamos a aprovação desta mensagem.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados. Apenas para orientar a bancada e in-

formar à Casa em relação ao que nós estamos votando.

O Governador Mário Pereira encaminhou a esta Casa uma Mensagem visando transformar quinze cargos da Secretaria de Saúde de médicos para quinze cargos de médicos plantonistas. Não estamos criando quinze novos cargos, estamos transformando quinze cargos já existentes em quinze cargos de médicos plantonistas para atendimento do SIATE, que é o serviço de emergência da capital.

Portanto, os Deputados que forem favoráveis à aprovação da matéria, estarão votando a favor da melhoria dos serviços da capital e da Região Metropolitana.

Em relação à emenda, ela não é de autoria do Governo. O Governador Mário Pereira não nos orientou no sentido de acolher nenhum tipo de emenda. Portanto, a orientação que nós damos à bancada do Governo é para que rejeite a emenda, mantendo apenas a mensagem.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Pediria vênua aos autores da emenda que a retirassem da votação de hoje para que nós pudéssemos avaliar melhor dentro dos cargos existentes. Não existe, criado por lei, a simbologia 1, Senhor Presidente. Este cargo não existe, não pode ser transformado porque não existe. E o cargo tem um valor superior aos demais cargos, com hierarquia superior dentro do contexto do Poder Executivo.

Então, que se retirasse a emenda, porque ela não pode prosperar.

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Pela Ordem) - Senhor Presidente, até o momento prestei bastante atenção aos nobres Pares que usaram da palavra. Assisti aqui a um festival de oportunismo de ambas as partes.

Vejam bem, foi um show de oportunismo. O Governo só se torna bom no dia em que está saindo, só vê que os médicos do SIATE podem ter quinze cargos a vinte dias que finda o mandato do PMDB.

Por outro lado, entra uma emenda de forma infeliz que conturba todo o processo de criação desses quinze cargos que devem sair.

Vejam bem, o Deputado Ernani Pudell, inteligente como ele é, inteligentíssimo como é, fez o papel do coelho em corrida de fundo. Ele é o corredor que entra e prepara a votação para o projeto de aumento linear.

Vejam bem, Senhores Deputados, nós estamos brincando. São cento e sessenta mil servidores que vivem um impasse hoje que nós também vivemos. Nós votaremos para cento e sessenta mil funcionários públi-

cos, sendo que cento e cinquenta e dois mil funcionários públicos receberiam um aumento de 14% e apenas seis mil funcionários públicos receberiam um aumento diferenciado.

Vejam bem, podem vaiar, podem fazer o que vocês bem entenderem. Olha, gente, vejam bem, é para ser oportunista? Vamos ser oportunistas.

Senhor Presidente, o que eu aprendi em quatro anos nesta Casa é que tudo não se decide no discurso, decide-se no voto. Por isso, peço a Vossa Excelência, coloque em votação, para acabar com este suplício e esta enganação que o povo do Paraná está presenciando aqui hoje.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, queria conclamar os autores da emenda, para que a retirassem.

Acho que nós temos que ter respeito a esta Casa, todos nós Parlamentares, a maioria foi apanhada de surpresa, muito embora pertencendo à Bancada do PDT e até contrariando a posição da nossa liderança, quero apelar.

A emenda foi intempestiva, veio num momento completamente errado, porque para começar, não existe essa simbologia, segundo o Deputado Caíto Quintana, na Casa Civil. Acho que se tiver que haver alguma mudança e se isso partir do Governador Jaime Lerner, vai partir depois que ele for eleito, ele vai fazer as alterações e vai propor a esta Casa, aprovar ou não.

O que não se pode neste momento é se aprovar a emenda em cima de um projeto que é de substancial importância, que regulamenta a atuação do pessoal do SIATE e não podemos, em detrimento a uma emenda que chega em cima da hora, complicar a vida de todos os outros projetos que são de importância para o Estado também.

É uma posição independente deste Parlamentar que não quer criar nenhum atrito com a Bancada de sustentação ao Governador Jaime Lerner. Ajudei Jaime Lerner a ser prefeito de Curitiba, ajudei a ser Governador do Estado e quero ajudá-lo a fazer um bom Governo, mas com análise em cima de qualquer proposta que venha para esta Casa. O Deputado Algaci Túlio não vai entrar numa proposta que não teve conhecimento, sequer uma hora antes de ela ter vindo para o Plenário.

Portanto, respeito a todos aqui, mas a minha posição é independente e de coerência, acima de tudo, nesse momento. Essa emenda não tem nada a ver com o projeto que está em discussão.

Conclamo que ela seja retirada, para que não cause problema aos demais projetos importantes nesta tarde.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Reforçando o brilhante apelo do Deputado Algaci Túlio e também solicitando ao Lourenço Fregonese que fez um discurso muito bonito, para que apelem aos membros do seu partido, o PTB, para que retirem essa emenda, para que essa sessão possa prosseguir a bom termo conforme a expectativa dos presentes na tarde de hoje e dos Deputados.

O SR. ANIBAL KHURY (Pela Ordem) - Senhor Presidente, acho que o nobre Deputado de Cascavel, nosso prezado amigo Ernani Pudell - que vai fazer muita falta nesta Casa - aproveitou uma emenda que eu considero absolutamente justa, porque ela economiza, ao invés de aumentar a despesa, ela economiza, mas como o Deputado Caíto Quintana que foi chefe da Casa Civil, entende que a simbologia não se coaduna com a lei, eu sugiro à Mesa que transforme essa emenda em projeto à parte.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Atendendo a requerimento do Deputado Anibal Khury, com base no Artigo 132 do Regimento Interno, inciso 5º, destaque de emenda aprovada ou debate de projeto para constituir projeto em separado. Está em votação a proposta para se transformar o projeto em separado. Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Esta emenda deixa de existir no projeto e configurará como projeto em separado. Em votação o Projeto nº 362/94 - Aprovado.

Atendendo às preferências aprovadas pelo Plenário:
ITEM 24

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 382/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 145/94, que ficam reajustados os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela consolidação das leis do trabalho, da administração direta e autarquias do Poder Executivo, vigentes em novembro de 1994, ficam reajustados em 14% (quatorze por cento), na forma do anexo conforme específica. Emenda Substitutiva do Poder Executivo através da Mensagem nº 159/94. COM PARECER da C.C.J., APRESENTANDO SUBSTITUTIVO GERAL. (Publ. no D.A. nº 135, de 21.11.94)

PROJETO DE LEI Nº 382/94

Art. 1º - Ficam reajustadas as Tabelas de Vencimentos, constantes do Anexo I desta lei, a partir de 01 de dezembro de 1994, nos valores nelas expressos.

Art. 2º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, vigentes em novembro de 1994, ficam reajustados em 14% (quatorze por cento), na forma do Anexo I desta lei.

Art. 3º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada em R\$ 1.706,45 (hum mil, setecentos e seis reais e quarenta e cinco centavos), sendo R\$ 725,23 (setecentos e vinte e cinco reais e vinte e três centavos) de vencimento básico e R\$ 981,22 (novecentos e oitenta e um reais e vinte e dois centavos) de gratificação especial pelo exercício do cargo.

§ 1º - A remuneração de Secretário de Estado não poderá exceder a 20 (vinte) vezes o menor vencimento básico pago aos servidores do Quadro Geral do Estado, para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º - Para efeito do cálculo do limitador de que trata o art. 1º da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, o limite máximo a ser pago ao servidor do Estado, não poderá ultrapassar a remuneração de Secretário, acrescida de 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 4º - O soldo dos integrantes da Polícia Militar e o vencimento básico dos cargos de Perito Criminal, Toxicologista, Químico Legal e Médico Legista do Quadro da Polícia Civil, ficam fixados na forma das Tabelas que constituem o Anexo I desta lei.

Art. 5º - A Gratificação Policial Militar Especial de que trata o art. 89, item 3 da Lei nº 6.417, de 03 de julho de 1973, com a redação dada pela Lei nº 10.461, de 04 de outubro de 1993, calculada sobre o soldo do respectivo Posto ou Graduação, passa a ter os percentuais abaixo descritos:

- a) Oficiais Superiores 190%
- b) Demais Postos ou Graduações .. 80%

Art. 6º - O art. 12 da Lei nº 10.068, de 28 de agosto de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12 - Fica o Poder Executivo autorizado a atribuir aos servidores do IAPAR e IPARDES, que se ocupem de atividades de Ciências, Pesquisa e Geração de Tecnologia, planejando, elaborando, implementando ou apoiando a execução de projetos ou estudos, visando o desenvolvimento do Estado, uma Gratificação de Incentivo

à Pesquisa aos profissionais de nível superior, a qual incidirá sobre o vencimento básico do servidor.

§ 1º - A concessão da Gratificação referida no "caput" deste artigo obedecerá os critérios de mérito e titulação, com base nos seguintes percentuais:

I - Aos servidores enquadrados nas Classes I-III, I-II e I-I do Quadro Geral do Estado:

Titulação	Mérito				
	Ins.	Regu.	Bom	Ótimo	Exc.
Doutor	0	20	30	40	50
Mestre	0	10	20	30	40
Especialista	0	7,5	15	22,5	30
Graduado	0	6,25	12,5	18,75	25

§ 2º - Aos demais servidores, enquadrados nas Classes "A" a "H" do Quadro Geral do Estado e ligados infra-estruturalmente com as atividades citadas no "caput" deste artigo, concede-se a gratificação nos seguintes percentuais:

I - Aos servidores enquadrados nas Classes "A" a "F", 10% (dez por cento);

II - Aos servidores enquadrados nas Classes "G" e "H", 30% (trinta por cento)."

Art. 7º - A Gratificação de que trata o artigo 13 da Lei nº 10.068, de 18 de agosto de 1992, fica fixada em R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) a partir de 1º de dezembro de 1994, reajustada na mesma época e no índice geral do funcionalismo.

Art. 8º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 1,03 (hum real e três centavos) e o valor das Pensões Especiais em R\$ 116,63 (cento e dezesseis reais e sessenta e três centavos).

Art. 9º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em R\$ 7,41 (sete reais e quarenta e um centavos).

Art. 10 - O valor da Gratificação de Regência de Classe de que trata o art. 10 da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979, fica fixado em R\$ 1,28 (hum real e vinte e oito centavos).

Art. 11 - Ficam criadas, no Quadro Próprio do Magistério as classes F6 e G7, com 3.000 (três mil) e 500 (quinhentos) cargos, respectivamente.

§ 1º - A movimentação para as classes acima referidas obedecerá critérios de regulamentação definidos pela Secretaria de Estado da Educação, na forma da Lei Complementar nº 7, de 22 de dezembro de 1976.

Art. 12 - Fica instituída a Gratificação de Permanência, no percentual de 25%

(vinte e cinco por cento) do vencimento básico da classe G7 aos Professores e Especialistas de Educação do Quadro Próprio do Magistério, enquadrados na classe G7, os quais, após completarem o tempo de serviço regulamentar para aposentadoria, permanecem no exercício das funções específicas do cargo ocupado.

Art. 13 - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete, ficam reajustados, a partir de 1º de dezembro de 1994, em 14% (quatorze por cento).

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1994, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05.12.94.

(a) PODER EXECUTIVO

ESTADO DO PARANÁ
Secretaria da Administração
Ofício nº 1.174/94-GS

Curitiba, 05 de dezembro de 1994.
Senhor Governador.

Encaminho à apreciação de Vossa Excelência, substitutivo ao Anteprojeto de Lei, o qual foi encaminhado à Assembléia Legislativa, através da Mensagem nº 145, em 21 de novembro de 1994.

O presente texto contempla a concessão de reajuste geral ao funcionalismo público estadual, num percentual de 14% (quatorze por cento).

Permanecem as adequações originariamente concedidas, bem como a linearização em tabelas de carreiras, as quais necessitavam de tais medidas.

Os dispositivos constantes do substitutivo ora encaminhado virão recepcionar o funcionalismo com a concessão de reajuste salarial e conseqüente ajuste de tabelas, dentro da disponibilidade financeira do Estado e observado o dispositivo constitucional permissivo para dispêndio com pessoal.

Certo de que as medidas aqui descritas estão de acordo com as determinações de Vossa Excelência no sentido de buscar o equilíbrio e equanimidade à política salarial do funcionalismo público, solicito seja apresentado o presente Anteprojeto Substitutivo à Assembléia Legislativa.

Atenciosamente

(a) GILBERTO SERPA TRIEBELER
Secretário de Estado da Administração

ANEXO: 13.12.94

TABELA 1

PIRER CREDITIVO - QUADRO GERAL

A: VENCIMENTOS BASICOS PARA 40 HORAS SEMANAIS

PADRÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	116.63	121.36	126.15	131.17	136.44	141.90	147.57	153.48	159.62	166.00	172.64
B	133.33	138.66	144.21	149.98	155.98	162.22	168.71	175.45	182.47	189.77	197.36
C	152.42	158.32	164.46	171.46	178.31	185.45	192.86	200.58	208.60	216.95	225.62
D	174.25	181.22	188.47	196.01	203.85	212.00	220.48	229.30	238.47	248.01	257.93
E	199.20	207.17	215.46	224.07	233.04	242.36	252.05	262.13	272.62	283.53	294.87
F	227.73	236.83	246.31	256.16	266.41	277.06	288.15	299.67	311.64	324.12	337.09
G	260.33	270.75	281.58	292.84	304.55	316.74	329.41	342.58	356.29	370.54	385.36
H	297.61	309.52	321.90	334.77	348.17	362.09	376.58	391.64	407.30	423.60	440.54
I-III	561.76	584.23	607.60	631.90	657.16	683.47	710.81	739.24	768.81	799.56	831.54
I-II	719.85	748.64	778.59	809.73	842.12	875.81	910.84	947.27	985.16	1.024.57	1.065.55
I-I	922.44	959.34	997.71	1.037.62	1.079.12	1.122.29	1.167.18	1.213.87	1.262.42	1.312.92	1.365.44

B: VENCIMENTOS BASICOS PARA 30 HORAS SEMANAIS

PADRÃO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	87.47	90.97	94.61	98.39	102.33	106.42	110.66	115.15	119.71	124.56	129.66
B	100.00	104.00	108.16	112.48	116.96	121.64	126.53	131.59	136.85	142.32	148.02
C	114.32	118.89	123.65	128.59	133.74	139.06	144.65	150.43	156.42	162.71	169.22
D	130.69	135.91	141.35	147.01	152.89	159.00	165.36	171.98	178.85	186.01	193.45
E	149.40	155.38	161.59	168.04	174.78	181.77	189.04	196.60	204.47	212.64	221.15
F	170.75	177.63	184.73	192.12	199.81	207.86	216.11	224.75	233.74	243.09	252.82
G	195.25	203.06	211.18	219.63	228.42	237.55	247.05	256.94	267.21	277.90	289.02
H	223.21	232.14	241.42	251.06	261.12	271.57	282.43	293.73	305.48	317.76	330.46
I-III	421.32	436.17	451.70	467.93	484.86	512.60	533.10	554.43	576.61	599.67	623.64
I-II	539.89	561.48	583.94	607.30	631.59	656.86	683.13	710.46	738.87	768.43	799.17
I-I	691.83	719.50	748.28	778.21	809.34	841.72	875.39	910.40	946.82	984.69	1.024.08

C: VENCIMENTOS BASICOS PARA 20 HORAS SEMANAIS

J-III	421.32	436.17	451.70	467.93	484.86	512.60	533.10	554.43	576.61	599.67	623.64
J-II	539.89	561.48	583.94	607.30	631.59	656.86	683.13	710.46	738.87	768.43	799.17
J-I	691.83	719.50	748.28	778.21	809.34	841.72	875.39	910.40	946.82	984.69	1.024.08

TABELA II**QUADRO UNICO DE PESSOAL - ANTIGA SISTEMATICA****VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994**

-----		-----
NIVEL		VALOR
01	27.13
02	27.67
03	28.23
04	28.79
05	29.37
06	29.96
07	30.56
08	31.17
09	31.79
10	32.43
11	33.07
12	33.74
13	34.41
14	35.10
15	35.80
16	36.52
17	37.25
18	37.99
19	38.75
20	39.53
21	40.32
22	41.12
23	41.95
24	42.78
25	43.64
26	44.51
27	45.40
28	46.31
29	47.24
30	48.18
-----		-----

VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994

TABELA III

CARGOS EM COMISSAO DO PODER EXECUTIVO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR - DAS

SIMBOLO	DAS-1	405.21
	DAS-2	357.63
	DAS-3	333.31
	DAS-4	285.01
	DAS-5	260.67

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO	1-C	168.22
	2-C	155.36
	3-C	143.41
	4-C	132.47
	5-C	124.52
	6-C	117.05
	7-C	110.02
	8-C	103.42
	9-C	97.22
	10-C	91.38
	11-C	86.82
	12-C	82.47
	13-C	78.35
	14-C	74.43
	15-C	70.71

C - FUNCAO GRATIFICADA

SIMBOLO	1-F	10.21
	2-F	8.67
	3-F	7.65
	4-F	6.13
	5-F	5.61
	6-F	4.56
	7-F	3.56
	8-F	3.06
	9-F	2.51
	10-F	2.03

VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994

TABELA IV

QUADRO PROPRIO DO MAGISTERIO

REFER	A-1	A-2	C-3	D-4	E-5	F-6	G-7
1	106.94	122.98	147.38	169.72	195.18	224.65	252.48
2	112.29	129.13	154.96	178.21	204.94	235.68	267.11
3	117.91	135.39	162.71	187.12	215.18	247.46	282.46
4	123.06	142.37	170.84	196.47	225.94	259.83	298.59
5	129.99	149.49	179.39	206.29	237.24	272.82	305.52
6	136.49	156.96	188.36	216.61	249.10	286.47	323.29
7	143.31	164.81	197.77	227.44	261.56	300.79	331.96
8	150.46	173.05	207.66	236.81	274.65	315.83	341.55
9	158.06	181.70	218.05	250.75	286.37	331.62	352.13
10	165.90	190.79	226.95	262.29	302.78	348.26	353.74
11	174.20	200.33	240.46	276.45	317.92	365.61	376.42

VIG.: 12/94 TABELA V
QUADRO UNICO
PROF.S/HABIL E PROF REGIONALISTA

REFERENCIA	S/HABILIT.	REGIONAL.
1	106.94	106.94
2	112.29	112.29
3	117.91	117.91
4	123.80	123.80
5	129.99	129.99
6	136.49	136.49
7	143.31	143.31
8	150.48	150.48
9	158.00	158.00
10	165.90	165.90
11	174.20	174.20

VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994

TABELA VI

INSTITUTO DE SAUDE DO PARANA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	116.63	123.79	131.40	139.47	148.04	157.13	166.79	177.03	187.91	199.45	211.71
B	135.04	143.34	152.14	161.49	171.41	181.94	193.11	204.98	217.57	230.94	245.12
C	156.35	165.96	176.16	186.98	198.46	210.66	223.60	237.33	251.91	267.39	283.81
D	181.03	192.16	203.96	216.49	229.79	243.91	258.89	274.79	291.67	309.59	328.61
E	209.61	222.49	236.15	250.66	266.04	282.41	299.75	318.17	337.71	358.46	380.48
F	242.70	257.61	273.43	290.23	308.06	326.98	347.07	368.39	391.02	415.04	440.54
G	361.75	413.93	470.95	533.27	601.37	675.80	757.15	846.05	943.21	1,049.39	1,165.44
GT	421.31	480.44	543.21	610.95	684.03	763.85	851.86	948.54	1,054.40	1,169.04	1,294.06
GV	280.00	306.96	335.47	366.63	400.69	437.90	478.57	523.02	571.60	624.19	682.73
GP	361.75	413.93	470.95	533.27	601.37	675.80	757.15	846.05	943.21	1,049.39	1,165.44

TABELA DE GRATIFICACAO DE REPRESENTACAO

CL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
ICA-03	1.073,32	991,70	916,29	846,62	782,24	722,76	667,60	617,02	570,10	526,75	486,69	449,68	415,49	383,89	354,70
02	526,66	495,05	459,15	423,31	391,12	361,38	333,90	308,51	285,05	263,37	243,35	224,84	207,74	191,95	177,35

VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994 TABELA VII

QUADRO UNICO - PROFESSOR ENQUADRADO

LP -LICENCIATURA PLENA - 22 HORAS	204,42
LP -LICENCIATURA PLENA - 15 HORAS	139,38
LP -LICENCIATURA PLENA - 10 HORAS	92,92
LC -LICENCIATURA CURTA - 22 HORAS	154,57
LC -LICENCIATURA CURTA - 15 HORAS	105,37
LC -LICENCIATURA CURTA - 10 HORAS	70,26
NL -NAO LICENCIADO - 22 HORAS	128,01
NL -NAO LICENCIADO - 15 HORAS	87,83
NL -NAO LICENCIADO - 10 HORAS	50,55

TABELA VIII

PROFESSORES CELETISTAS
VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994

ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	VALOR DA HORA/AULA
REGENTE DE Sa./Ba. E 2o. GRAU	LICENCIATURA PLENA	2,59
	LICENCIATURA CURTA	1,51
	NAO LICENCIADO	1,51
ESPECIFICACAO	TIPO DE HABILITACAO	SALARIO
REGENTE DE CLASSE 1a / 4a	MAGISTERIO DE 2o. GRAU	117,91

TABELA II

SALARIOS DO PESSOAL DOCENTE DAS INSTITUICOES DE ENSINO SUPERIOR

VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994

REQUISITOS DO CARGO	TRE	1-40 COM TIT	REGIME 1-40	REGIME 1-34(1)	REGIME 1-28(2)	REGIME 1-24	REGIME 1-20	REGIME 1-12	REGIME 1-10	REGIME 1-09
P01 PROF. AUXILIAR N.1	283,75	743,31	479,55	407,42	305,07	287,73	239,78	143,47	119,89	107,96
P02 PROF. AUXILIAR N.2	271,67	763,61	493,94	419,85	315,76	294,36	244,97	148,18	123,46	111,14
P03 PROF. AUXILIAR N.3	279,82	788,57	508,76	432,44	326,13	305,25	254,30	152,63	127,19	114,47
P04 PROF. AUXILIAR N.4	288,21	812,23	524,02	445,42	344,81	314,41	262,01	157,21	131,00	117,90
P05 PROF. ASSISTENTE N.1	349,18	978,41	631,23	534,55	441,38	378,74	315,62	189,37	157,81	142,03
P02 PROF. ASSISTENTE N.2	357,59	1.007,77	650,17	552,65	453,12	390,10	325,09	195,05	162,54	146,29
P03 PROF. ASSISTENTE N.3	368,32	1.038,00	669,48	569,23	468,77	401,81	334,84	200,90	167,42	150,68
P04 PROF. ASSISTENTE N.4	379,37	1.069,14	689,77	588,30	482,84	413,86	344,88	206,93	172,44	155,20
P01 PROF. ALUMNO N.1	404,03	1.138,63	734,60	624,41	514,22	440,76	367,30	220,38	183,65	165,29
P02 PROF. ALUMNO N.2	406,15	1.172,79	756,64	643,14	529,65	453,98	378,32	226,99	189,16	170,24
P03 PROF. ALUMNO N.3	428,64	1.207,98	779,34	662,44	545,54	467,60	389,47	233,60	194,83	175,35
P04 PROF. ALUMNO N.4	441,50	1.244,21	802,72	682,31	561,90	481,63	401,36	240,82	200,68	180,61
P01 PROF. TITULAR N.1	672,40	1.331,31	858,91	720,07	601,24	515,35	429,45	257,67	214,73	193,25
P02 PROF. TITULAR N.2	686,57	1.371,25	884,68	751,98	619,27	530,81	442,34	265,40	221,17	199,65
P03 PROF. TITULAR N.3	701,17	1.412,39	911,22	774,53	637,85	546,73	458,41	273,37	227,88	205,82
P04 PROF. TITULAR N.4	716,20	1.454,76	938,55	797,77	656,99	563,13	469,28	281,57	234,64	211,17

ANEXO X

COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO

A - CARGOS EFETIVOS

	CL.	I	II	III	IV
AGENTE FISCAL 1	C	422.46	426.82	431.17	435.53
AGENTE FISCAL 1	B	405.04	409.39	413.75	418.10
AGENTE FISCAL 1	A	387.62	391.97	396.33	400.68
AGENTE FISCAL 2	C	370.20	374.55	378.91	383.26
AGENTE FISCAL 2	B	352.78	357.13	361.49	365.84
AGENTE FISCAL 2	A	335.35	339.71	344.07	348.42
AGENTE FISCAL 3	C	286.14	290.06	293.98	297.90
AGENTE FISCAL 3	B	270.47	274.39	278.31	282.22
AGENTE FISCAL 3	A	254.79	258.70	262.62	266.54
AGENTE FISCAL 4	D	180.91			
AGENTE FISCAL 4	C	168.24			
AGENTE FISCAL 4	B	145.81			
AGENTE FISCAL 4	A	118.47			

B - CARGOS EM COMISSAO

	CL	R\$
DIRETOR	A	544.42
INSP. GERAL TRIB.	B	511.75
INSP. GERAL ARRE.	B	511.75
INSP. GERAL FISC.	B	511.75
CHEFE DE ASSESSO	B	511.75
CONSULTOR TECNICO	C	484.53
ASSISTENTE TECNI	C	484.53
DEL. REGIONAL DE	C	484.53
AUXILIAR TECNICO	D	468.20

TABELA XI

VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994

PILOTOS

N.º CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	739.99	746.13	782.93	806.42	830.61	855.53	881.20	907.64	934.86	962.91	991.86
B	653.89	672.68	692.86	713.65	735.06	757.11	779.82	803.22	827.31	852.13	877.70
C	597.95	595.29	613.15	631.55	650.49	670.01	690.11	710.81	732.14	754.10	776.72
D	511.46	526.81	542.61	558.89	575.66	592.93	610.72	629.04	647.91	667.34	687.37
E	444.73	458.89	471.81	485.96	500.54	515.56	531.03	546.96	563.36	580.27	597.67

CLASSE	VALOR DE HORA/ VOD DIURNA	VALOR DE HORA/ VOD NOTURNA
A, B e C	9.68	14.60
D	4.84	10.23

TABELA XII

QUADRO DE ADVOGADOS - 40 HORAS

VIGENCIA: SETEMBRO DE 1994

ADVOGADO DE PRIMEIRA CLASSE :	1.350.96
ADVOGADO DE SEGUNDA CLASSE :	1.311.91
ADVOGADO DE TERCEIRA CLASSE :	1.246.32
ADVOGADO DE QUARTA CLASSE :	1.184.00
ADVOGADO DE QUINTA CLASSE :	1.124.80

VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994

TABELA XIII

TABELA SALARIAL DO BALLET TEATRO GUAIARA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	357.00	371.37	386.22	401.67	417.74	434.45	451.82	469.90	488.69	508.24	528.57
B	414.22	430.78	448.02	465.94	484.57	503.96	524.11	545.08	566.88	589.56	613.14
C	488.49	499.71	519.70	540.49	562.11	584.59	607.97	632.29	657.56	683.89	711.24

VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994 TABELA XV

QUADRO DA POLICIA CIVIL - PERITOS

C A R G O S	VENCIMENTOS			
	1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE
MEDICO LEGISTA	572.93	530.49	491.20	454.81
PERITO CRIMINAL	572.93	530	491.20	454.81
QUIMICO LEGAL	572.93	530.49	491.20	454.81
TOXICOLOGISTA	572.93	530.49	491.20	454.81

VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994

TABELA XIV

TABELA SALARIAL NA CONJESTIM SIMFONICA DO PARANA

CLASSE	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
A	537.00	571.37	586.22	601.07	617.74	634.45	651.82	669.90	688.69	708.24	728.57
B	488.49	499.71	519.70	540.40	562.11	584.59	607.97	632.29	657.58	683.89	711.24

TABELA DE PROFESSORES E PIANISTAS - VALOR HORA AULA

CARGO	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
PIANISTAS	2.22	2.33	2.45	2.57	2.70	2.84	2.98	3.13	3.28	3.45	3.62
PROF. 308	2.70	2.92	3.09	3.22	3.38	3.55	3.73	3.91	4.11	4.32	4.53

VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994		TABELA XVI					
		QUADRO DA POLICIA CIVIL					
C A R G O S		VENCIMENTOS					
		1a CLASSE	2a CLASSE	3a CLASSE	4a CLASSE	5a CLASSE	
ESCRIVAO DE POLICIA		238.76	221.08	204.70	189.54	172.31	
INVESTIGADOR DE POLICIA							
DACTILOSCOPISTA		176.12	167.73	159.74	152.14	-	
TECNICO TELEC. POLICIAL							
TECNICO MANUT. POLICIAL		146.76	139.77	133.12	126.78	-	
OPERADOR TELEC. POLICIAL		131.74	125.47	119.49	113.80	-	
IDENTIF. DACTILOSCOP.							
AUXILIAR MANUT. POLICIAL							
AUXILIAR DE NECROPSIA							
PERITO POLICIAL		220.38					
COMISSARIO		238.76					

VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994

TABELA XVII
QUADRO DA POLICIA MILITAR

FUNCAO DE NIVEL DE APERFEICOAMENTO SUPERIOR

POSTO/GRADUACAO	S O L D O
CORONEL	609.46
TENENTE-CORONEL	548.50
MAJOR	518.04

FUNCAO DE NIVEL SUPERIOR

CAPITAO	457.65
1o. TENENTE	431.64
2o. TENENTE	379.66
ASP. A OFICIAL	304.32

FUNCAO DE NIVEL ACADEMICO

ALUNO DE 3o. ANO	189.31
ALUNO DE 2o. ANO	167.55
ALUNO DE 1o. ANO	158.08

FUNCAO DE NIVEL TECNICO

SUBTENENTE	172.56
1o. SARGENTO	182.92
2o. SARGENTO	178.30
3o. SARGENTO	168.33

FUNCAO DE NIVEL MEDIO

CABO	159.01
SOLDADO 1a. CLASSE	153.84
SOLDADO 2a. CLASSE	126.93

TABELA XVIII

TABELA DE PROCURADOR DO ESTADO
VIGENCIA DEZEMBRO DE 1994

CARGO	R\$
PROCURADOR DE 1A. CLASSE	1.380.96
PROCURADOR DE 2A. CLASSE	1.311.91
PROCURADOR DE 3A. CLASSE	1.246.32
PROCURADOR DE 4A. CLASSE	1.184.00
PROCURADOR DE 5A. CLASSE	1.124.80

TABELA XIX

TABELA DE DELEGADO DE POLICIA
VIGENCIA DEZEMBRO DE 1994

CARGO	R\$
DELEGADO DE 1A. CLASSE	1.311.91
DELEGADO DE 2A. CLASSE	1.246.32
DELEGADO DE 3A. CLASSE	1.184.00
DELEGADO DE 4A. CLASSE	1.124.80

PROJETO DE LEI Nº 382/94
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e o soldo dos servidores militares, ativos e inativos, bem como os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, vigentes em novembro de 1994, ficam reajustados em 16% (dezesesseis por cento), a partir de 1º de dezembro de 1994.

Art. 2º - A remuneração mensal do cargo de Secretário de Estado fica fixada em R\$ 1.736,39 (hum mil, setecentos e trinta e seis reais e trinta e nove centavos), sendo R\$ 737,96 (setecentos e trinta e sete reais e noventa e seis centavos) de vencimento básico e R\$ 998,43 (novecentos e noventa e oito reais e quarenta e três centavos) de gratificação especial pelo exercício do cargo.

§ 1º - A remuneração do Secretário de Estado não poderá exceder a 20 (vinte) vezes o menor vencimento básico pago aos servidores do Quadro Geral do Estado, para uma jornada de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 2º - Para efeito do cálculo do limitador de que trata o art. 1º da Lei nº 10.331, de 09 de junho de 1993, o limite máximo a ser pago ao servidor do Estado, não poderá ultrapassar a remuneração de Secretário, acrescida de 35% (trinta e cinco por cento).

Art. 3º - A gratificação de que trata o art. 13 da Lei nº 10.068, de 28 de agosto de 1992, vigente em novembro de 1994, fica reajustada em 16% (dezesesseis por cento).

Art. 4º - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 1,04 (hum real e quatro centavos) e o valor das Pensões Especiais, em R\$ 117,20 (cento e dezessete reais e vinte centavos).

Art. 5º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete vigentes em novembro de 1994, ficam reajustados em 16% (dezesesseis por cento).

Art. 6º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em R\$ 7,54 (sete reais e cinquenta e quatro centavos).

Art. 7º - O valor da Gratificação de Regência de Classe de que trata o art. 1º da Lei nº 7.099, de 08 de janeiro de 1979, fica fixado em R\$ 1,30 (hum real e trinta

centavos).

Art. 8º - O Poder Executivo baixará Decreto publicando as tabelas decorrentes do reajuste de que trata a presente lei.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1994.

Sala das Sessões, em

(a) ERONDY SILVÉRIO

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk, Domingos Carvalho, Luiz Carlos Martins, Lourenço Fregonese, Carlos Simões, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Colombino Grassano, Plauto Miró Guimarães, Namir Piacentini, João Iensen, Basílio Zanusso, Alceu Swarowski, Emilia Belinati, Élio Rusch, Ademar Traiano, Cezar Silvestri, Valdir Rossoni, Dalton Machuca, Paulo Maia e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

A presente emenda visa corrigir distorções, constatadas na Mensagem Governamental nº 145/94, que propõe reajustes ao funcionalismo estadual.

Este Parlamento não poderia permanecer omissa, neste particular, tendo em vista que a proposta governamental aprofundaria, ainda mais, as diferenças entre as várias categorias que compõem o Serviço Público em nosso Estado.

É nosso entendimento que esta Emenda não irá sanar o problema em sua plenitude. Há que se realizar um estudo sério e coerente que contemple os Servidores Estaduais como um todo.

Por isto, este estudo, em princípio, propõe linearmente um reajuste de 16% (dezesesseis por cento).

O Paraná vive a expectativa de um novo Governo. Também os servidores aguardam as propostas para a classe. Nesta perspectiva, a presente Emenda representa um voto de confiança no Governo do Senhor Jaime Lerner, para realização de Plano de Cargos e Salários a todos os servidores, sem distinção e o que é importante, dentro das prioridades tanto do Programa de Governo, quanto da sociedade que depositou suas esperanças na administração que se inicia em 1º de janeiro de 1995.

Contamos com a sensibilidade e o apoio dos Senhores Deputados para a aprovação desta proposição.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 382/94

P A R E C E R:

A analisar a proposição sob os aspectos legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação nesta Casa de Leis, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Isto posto, recebe desta relatoria o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 12.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

TOTI COLAÇO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 382/94

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

P A R E C E R:

A Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei n° 382/94, que reajusta, a partir de 1° de dezembro de 1994, os níveis de vencimentos dos Servidores Cíveis e Militares, do Poder Executivo.

Após análises constitucional, legal e regimental, nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

DALTON MACHUCA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 382/94

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL

P A R E C E R:

A presente Emenda Substitutiva Geral ao Projeto de Lei n° 382/94, que objetiva reajustar, a partir de 1° de dezembro de 1994, os níveis de vencimentos dos Servidores Cíveis e Militares, do Poder Executivo.

Sobre a presente Emenda, já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças nada encontrou que possa impedir sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 382/94

VOTO EM SEPARADO

P A R E C E R:

A proposição em epígrafe, originária da Mensagem Governamental sob n° 145/94, concernente a reajuste de vencimentos, a partir de 1° de dezembro de 1994, aos Servidores Cíveis e Militares do Poder Executi-

vo, está eivada de inconstitucionalidade ante a flagrante discriminação entre servidores de mesma categoria funcional e do mesmo Poder. A exemplo dos técnicos de nível médio do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, que não foram beneficiados com o mesmo percentual concedido aos técnicos do IAPAR e do IPARDES. Também a Polícia Civil apresenta-se depreciada com relação à Militar.

Para uns concede 7% (sete por cento), para outros 65% (sessenta e cinco por cento) de reajuste. Quanto à gratificação, chega, em alguns setores, a reduzi-la pela metade, como caso dos Servidores detentores do título de Mestrado que exercem função de Pesquisador (de 60% diminuiu para 30%), enquanto para outros segmentos, como Oficiais Superiores Militares, a gratificação aumentou para 190% (cento e noventa por cento), e demais Militares para 80% (oitenta por cento). Majoração que agrava as injustiças entre os Servidores, sob o pretexto de se fazer isonomia. Aumenta a defasagem salarial e não procede a uma avaliação qualitativa como critério para o aumento.

Isonomia, lembrando o mestre José Afonso da Silva, é igualdade de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados. O que não se verifica pela proposição, a exemplo dos técnicos de nível médio do IAP. Está na verdade, discriminando, sob afronta a Lei Maior, art. 3°, IV, dos princípios fundamentais, art. 7°, incisos XXX e XXXII, dos Direitos Sociais. Ao eleger como programa a ser seguido na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, acabou por vincular a atuação dos órgãos estatais ao atingimento desta finalidade.

Os objetivos, como trata o "caput" do art. 3° do Constituição Federal, à semelhança do que ocorre com os fundamentos do Estado brasileiro, encartados no art. 1°, são princípios fundamentais. O desrespeito a eles, portanto, implica na derrocada de todo o sistema jurídico, do qual são o alicerce.

Igualmente importante são os incisos do art. 7° da Carta. O XXX, por exemplo, que proíbe diferenças de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, tem desdobramento do princípio da igualdade consagrado no "caput" do art. 5°.

O inciso XXXII, de que trata sobre a proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual e entre os profissionais respectivos, resgata dispositivo da Constituição de 1984, repetido pelas demais e previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, art. 8°, parágrafo

único, cujo objetivo, nas palavras de Amauri Mascaro Nascimento, é o de impedir discriminações entre os tipos de trabalho e permitir a inclusão do exercente de trabalho intelectual em especial, nos parâmetros da relação de empregos com a consequente atribuição de direitos trabalhistas a esses profissionais.

Portanto, nosso voto é contrário ao projeto em questão, pois o mesmo não consegue reajustar dignamente seus servidores, mas consegue o consenso da insatisfação. Não repõe perdas salariais, não supre defasagens com relação ao mercado e tampouco traz a isonomia ao serviço público.

Sala das Comissões, em 29.11.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

ERNANI PUDELL

Relator

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência informa aos Srs. Deputados que em sendo 1.^a discussão e votação, nesta fase não serão, evidentemente, apreciadas as Emendas e o Substitutivo Geral. Está em discussão. Em votação. **Aprovado.**

ITEM 27

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 389/94, de autoria do Tribunal de Contas, que reajusta as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 136 de 22.11.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 389/94

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Contas, o Projeto de Lei n° 389/94, tem por finalidade reajustar as tabelas de vencimentos dos funcionários do Quadro Pessoal do Tribunal de Contas.

Da análise do referido projeto, não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental, opinando dessa forma, favorável e respectivamente a emenda em anexo.

Sala das Comissões, em 29.11.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 389/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo reajustar os vencimentos dos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

A matéria já foi analisada e aprovada pela douta Comissão de Constituição e Justiça. Chamada a opinar, esta Comissão dá o

seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.94

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

JOÃO PREIS - Relator

PROJETO DE LEI N° 389/94

EMENDA ADITIVA

Acrescente aonde couber, o seguinte artigo:

"Art. - Ficam criados, no Quadro Pessoal do Tribunal de Contas, 07 (sete) cargos em Comissão DAS-3."

Sala das Comissões, em

(a) JOÃO IENSEN

Apoiamento: Carlos Simões, Costenaro Neto,

Alceu Swarowski, Toti Colaço, Ernani

Pudell, Erondy Silvério.

ITEM 30

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 398/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado, que reajusta conforme especifica, a partir de 1° de dezembro de 1994, os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário e adota outras providências. COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 139, de 28.11.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 398/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, tem por objetivo reajustar os vencimentos dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

ITEM 31

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 399/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que fixa o vencimento mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 139 de 28.11.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 399/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria

do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo fixar o vencimento mensal do cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que pudesse obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

ITEM 32

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 401/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que fixa o vencimento mensal do cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 139 de 28.11.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 401/94

P A R E C E R:

De autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo fixar o vencimento básico mensal do cargo de Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado, a partir de 1° de dezembro de 1994.

Após analisar o referido projeto, constatamos que o mesmo está em conformidade com os requisitos legais e, por isso, opinamos favoravelmente devendo o mesmo ser submetido à apreciação do Plenário desta Assembléia.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

ITEM 33

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 402/94, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que fixa a partir de 1° de Dezembro de 1994, o vencimento básico mensal do cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 139 de 28.11.94)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 402/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, tem por objetivo fixar o vencimento básico mensal do cargo de Auditor do Tribunal de Contas do Estado.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta

Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

ITEM 34

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 404/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado, que reajusta conforme especifica, a partir de 1° de dezembro de 1994, os vencimentos do Ministério Público do Estado do Paraná. COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado.

PROJETO DE LEI N° 404/94 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O vencimento básico mensal do cargo de Procurador-Geral de Justiça do Estado do Paraná fica reajustado a partir de 1° de dezembro de 1994, no percentual de 17% (dezessete por cento).

Art. 2° - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da data prevista no artigo primeiro.

Art. 4° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.94.
(a) PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N° 404/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, tem por objetivo reajustar os vencimentos do Ministério Público do Estado.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta Comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 07.12.94.
(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 35

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n°

405/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado, que reajusta os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, a partir de 1º de dezembro de 1994, conforme especifica, COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 405/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Quadro de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça ficam reajustados, a partir de 1º de dezembro de 1994, na forma das Tabelas que constituem o Anexo I desta lei.

Art. 2º - Os valores das Gratificações de Representação de Gabinete ficam fixados na forma do Anexo II desta lei.

Art. 3º - O valor do Salário-Família, por dependente legal, fica fixado em R\$ 0,96 (noventa e seis centavos de real).

Art. 4º - O valor da Gratificação de Produtividade fica fixado em R\$ 6,95 (seis reais e noventa e cinco centavos).

Art. 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta da dotação orçamentária da Administração dos Serviços do Ministério Público.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 1994, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.94.

(a) PODER JUDICIÁRIO

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA
TABELA I
TABELA DE VENCIMENTOS

VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994

NIVEL	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
1	922,40	979,30	977,71	1.037,62	1.079,13	1.122,29	1.167,10	1.213,87	1.262,43	1.312,92	1.365,44					
2	781,00	813,16	845,68	879,51	914,69	951,28	989,33	1.028,94	1.070,61	1.112,86	1.157,37					
3	642,74	669,25	716,02	745,49	775,31	806,32	838,50	872,12	907,01	943,29	981,02					
4	541,75	584,22	607,59	631,09	657,17	683,45	710,79	739,22	768,79	799,35	831,53					
5	307,16	319,45	322,22	345,51	359,33	373,71	388,66	404,20	420,37	437,18	454,67					
6	272,70	283,61	294,95	306,75	319,02	331,78	345,05	358,85	373,21	388,14	403,66					
7	242,10	251,70	261,06	272,33	283,22	294,55	306,33	318,59	331,33	344,58	358,37					
8	210,90	223,54	232,40	241,70	251,45	261,51	271,97	282,85	294,16	305,93	318,16					
9	203,00	214,40	226,18	238,13	251,16	264,41	278,19	292,51	307,41	402,91	419,03					
10	220,33	237,67	247,18	257,07	267,35	278,04	289,16	300,73	312,76	325,27	338,28					
11	184,07	191,07	199,54	207,53	215,83	224,46	233,44	242,78	252,49	262,59	273,09					
12	140,94	150,90	161,09	167,54	174,24	181,21	188,46	195,99	203,83	211,99	220,47					
13	215,00	224,43	233,41	242,75	252,46	262,53	273,06	283,98	295,34	307,15	319,44					
14	175,70	182,81	190,12	197,73	205,64	213,86	222,42	231,31	240,57	250,19	260,20					
15	140,10	148,91	154,06	161,06	167,50	174,20	181,17	188,42	195,95	203,79	211,94					
16	116,63	121,20	126,15	131,19	136,44	141,90	147,57	153,48	159,62	166,00	172,64					

Lucas

ANEXO I

MINISTERIO PUBLICO DO PARANA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

TABELA II

VIG.12/94

CARGOS EM COMISSAO DO MINISTERIO PUBLICO

A - CARGOS DE DIRECAO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR

SIMBOLO DAS-1.....	412,32
SIMBOLO DAS-3.....	339,16
SIMBOLO DAS-5.....	265,24

B - CARGOS EM COMISSAO

SIMBOLO 1-C.....	171,17
SIMBOLO 3-C.....	145,93
SIMBOLO 9-C.....	98,92

FUNCAO GRATIFICADA DO MINISTERIO PUBLICO

SIMBOLO 1-F.....	10,39
SIMBOLO 2-F.....	8,82
SIMBOLO 3-F.....	7,78
SIMBOLO 4-F.....	6,23
SIMBOLO 5-F.....	5,70

ANEXO II

GRATIFICACAO DE REPRESENTACAO DE GABINETE
VIGENCIA: DEZEMBRO DE 1994

SIMBOLO	DENOMINACAO	GRAT.REPRES.
DAS-1	DIRETOR-SECRETARIO	628,33
DAS-3	-	514,78
DAS-5	-	402,59
1-C	ASSIST.DEPARTAMENTO	264,10
2-C	ASSIST. TECNICO	237,83
1-C	-	100,36
3-C	-	85,56
9-C	-	53,44



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 405/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, tem por objetivo reajustar os vencimentos dos servidores ativos e inativos da Procuradoria Geral de Justiça.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

ITEM 29

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 397/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado, que reajusta conforme especifica a partir de 1º de Dezembro de 1994, os vencimentos da Magistratura paranaense. COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 139, de 28.11.94, Ofício nº 822/94-K)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

ANTEPROJETO DE LEI Nº 397/94

P A R E C E R:

Analisando o anteprojeto de lei de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, o mesmo reajusta, conforme especifica, a partir de 1º de dezembro de 1994, os vencimentos da Magistratura paranaense.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação, até final deliberação pelo duto e soberano Plenário.

Sendo assim, recebe desta Comissão de Constituição e Justiça o parecer favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 07.12.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

ITEM 25

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 146/94, que objetiva o enquadramento de Professores da Secretaria de Estado da Educação, no Quadro Próprio do Magistério e no Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo, conforme especifica. COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 145 de 21.11.94)

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 294/94 de autoria do Poder Judi-

ciário do Estado do Paraná que altera a Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, por unanimidade.

PROJETO DE LEI Nº 294/94

A Assembléia Legislativa

do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam criados oito (08) cargos de Desembargador no Tribunal de Justiça.

Art. 2º - Os arts. 4º, 11, 19 e 207, inciso I, da Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º - O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de trinta e cinco (35) Desembargadores.

Art. 11 - O Tribunal de Justiça funcionará em Tribunal Pleno, em Órgão Especial, em Conselho da Magistratura, em Seção Cível, em Grupo de Câmaras Cíveis e Grupo de Câmaras Criminais, em seis (06) Câmaras Cíveis isoladas e duas (02) Câmaras Criminais Isoladas, além de uma (01) Câmara de Férias.

§ 1º - Os órgãos relacionados neste artigo, terão a constituição, a competência e o funcionamento estabelecidos no Regimento Interno.

§ 2º - O Presidente, o Vice-Presidente eo Corregedor da Justiça não integrarão Câmaras ou Grupo de Câmaras.

Art. 19 - Os Grupos de Câmaras Cíveis, em número de três (03), terão a constituição, a competência e o funcionamento estabelecidos no Regimento Interno.

Art. 207 - ...

I - trinta e cinco (35) Desembargadores;

II - ...

III - ...

IV - ...

V -

VI - ...

VII - ...

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.08.94.

(a) PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO

JUSTIFICATIVA:

1. As Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça apresentam números elevados de processos em andamento. Em média são distribuídos quarenta (40) processos por mês para cada Desembargador componente de Câ-

mara Cível, o que significa a necessidade de julgamento de dois (02) processos por dia útil, sem prejuízo das demais funções judicantes e administrativas dos Desembargadores que participam do Órgão Especial, Conselho da Magistratura e Comissões Internas.

2. Desse modo é indispensável a elevação do número de Desembargadores para que possam garantir aos cidadãos que buscam seu direito na Justiça um julgamento sem dilações indevidas. A comunidade reclama por uma Justiça mais eficiente. Não é possível se admitir que um recurso fique à espera de julgamento por razões de excesso de serviço.

3. A Justiça morosa agride e macula a cidadania, justificando-se a criação de tais cargos para agilizar os serviços forenses em segundo grau de jurisdição.

ITEM 11

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 315/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 104/94, que cria o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL ÀS EMENDAS N° 02, 03, 04 e 05 CONTRÁRIO À EMENDA DE N° 01. (Publ. no D.A. n° 108, de 12.09.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 315/94

P A R E C E R:

A proposição em tela oriunda da Mensagem do Executivo n° 104/94, objetiva criar o Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED, a ser vinculado à Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU.

Sob análise desta Comissão, o projeto observa aos aspectos legais e constitucionais, pelo que emitimos parecer favorável a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 25.10.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 315/94

P A R E C E R:

As emendas ao Plano de Lei Complementar em epígrafe, que visa a criação do Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná - COPED, órgão colegiado integrante da estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania - SEJU -, encontram-se em condições de serem aprovadas.

Todavia, considerando o conteúdo da emenda n° 01, opinamos pela sua rejeição, tendo em vista a emenda n° 05, abarcar suas pretensões, sendo, ainda, mais completa e atendendo a forma democrática e

paritária de composição.

Assim, nosso voto é favorável à aprovação das emendas n°s. 2, 3, 4 e 5 ao plano de lei em exame.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

Apoiamento: Rossoni, Costenaro Neto, José Arthur Ritti, Caíto Quintana, João Iensen, Nilton Barbosa, Toti Colaço, Alceu Swarowski, Elío Rusch, Dalton Machuca e Arlindo Troian.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 315/94
EMENDA SUBSTITUTIVA N° 02

Substitua-se no projeto em epígrafe o artigo 4° e seus incisos pelo seguinte:

Art. 4° - Todos os membros terão mandato de 02 (dois) anos.

§ 2° - Nos casos de vacância na composição do Conselho, o suplente substituirá o titular.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL
DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Duílio Genari e Paulo Maia.

PROJETO DE LEI N° 315/94
EMENDA SUPRESSIVA N° 03

Suprima-se o art. 6° do projeto em epígrafe.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL
DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Duílio Genari e Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

A emenda se faz necessária porque, entendemos, que o Presidente é um representante de igual valor aos demais componentes do Conselho, evidente que com atribuições diferentes, porém não justifica ter voto singular e de qualidade.

PROJETO DE LEI N° 315/94
EMENDA MODIFICATIVA N° 04

Altera-se a redação do art. 8° do plano de lei em exame para:

Art. 8° - O Regimento Interno do COPED será aprovado na primeira reunião do Conselho pelos seus membros.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO
ERNANI PUDELL
DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Paulo Maia, Duílio Genari.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 315/94
EMENDA SUBSTITUTIVA N° 05

Substituir a redação do art. 3°, incisos e §§ 1°, 2°, 3° do projeto em questão, pela seguinte:

Art. 3° - O Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná será

composto por 15 (quinze) membros, a saber:
50% (cinquenta por cento) dos membros titulares e suplentes serão escolhidos entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário: incluindo a OAB/PR e Ministério Público;

50% (cinquenta por cento) dos membros titulares e suplentes escolhidos entre as ONG - Organizações Não Governamentais, ligadas a defesa dos Direitos Humanos;

Parágrafo Único - Para escolha dos membros previstos ao inciso II do artigo anterior, o Poder Executivo, através do secretário de Justiça e Cidadania, promoverá no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação desta lei uma conferência sobre Direitos Humanos, onde escolherão seus representantes, incluindo suplentes, e os indicarão ao Poder Executivo dentro do prazo 15 (quinze) dias, a contar da realização da conferência.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

Apoiamento: Duílio Genari e Paulo Maia.

EMENDA Nº 01

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 315/94

Acrescente-se ao Artigo 3º:

"O Conselho Permanente dos Direitos Humanos do Estado do Paraná será composto por 17 (dezesete) membros nomeados pelo Governador do Estado, a saber:

I -

II -

III -

IV -

V -

VI - 2 (dois) representantes de associações representativas da comunidade.

VII -

VIII -

IX - 1 (um) representante da Associação dos Municípios do Paraná.

Sala das Sessões, em 22.11.94.

Apoiamento: José Tavares, Duílio Genari, Djalma de Almeida César e Severino Félix.

JUSTIFICATIVA:

É de suma importância a participação dos Municípios e do Poder Legislativo no Conselho Permanente dos Direitos Humanos tanto pelo alcance que tal fato possui como para uma melhor sistematização das atividades pleiteadas pelo Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em discussão o projeto ressaltadas as emendas. Em votação o projeto. Aprovado.

Em votação as emendas com parecer favorável da CCJ, de nºs 2, 3, 4 e 5.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Feço, Senhor Presidente, a palavra pela ordem para, se possível V.Exa. informar a

Liderança emenda por emenda que eu possa orientar a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pois não. A emenda de nº 2 que tem parecer favorável da CCJ diz o seguinte: (Lê): Esta emenda é de autoria do Deputado Ovídio Constantino, Ernani Pudell, Dr. Rosinha e apoiada por outros dois Senhores Deputados.

O SR. JOSÉ TAVARES - E V.Exa. colocará em votação emenda por emenda ou colocará todas, em bloco?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Era nossa intenção colocar em bloco as emendas com Parecer Favorável da C.C.J. atendendo inclusive o que dispõe o nosso regimento.

O SR. JOSÉ TAVARES - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação, portanto, Emenda nº 2 e 3 que suprime o artigo 6º do projeto, a emenda nº 4 que diz: (Lê Emenda) e a emenda de nº 5 que diz: (Lê Emenda).

Este é o teor das quatro emendas com parecer favorável da CCJ.

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, apenas para informar à Casa a posição da Liderança do Governo.

Mais uma vez é uma matéria importante, relevante, como todas as matérias submetidas à nossa análise, criando o Conselho dos Direitos Humanos no Paraná. Fui Secretário da Justiça e quando cheguei à Secretaria ela tinha sido recém-criada e pude sentir a dificuldade que tínhamos no relacionamento a nível nacional com o Ministério da Justiça pelo fato de o Paraná não ter o seu Conselho Estadual de Direitos Humanos. Isto dificultava em muito as nossas ações junto à Secretaria de Justiça e Cidadania do Ministério da Justiça pelo fato do Paraná não ter o seu Conselho Estadual de Direitos Humanos, isso dificultava, em muito, as nossas ações junto à Secretaria de Justiça e Cidadania do Ministério da Justiça porque nós não tínhamos muito o que dizer ao Governo Federal.

Já que o Paraná tem sido modelo para muita coisa, por que aqui no nosso Estado nós não dispúnhamos de um Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana a exemplo do que existe em praticamente todos os Estados da Federação? Então, nós elaboramos esse projeto, que foi cuidadosamente analisado, estudando, e quis o destino que ele viesse à Casa para ser analisado e votado quando eu não mais fosse Secretário da Justiça, e sim Deputado.

do.

Evidentemente que não nos foi possível analisar essas emendas, e por isso mesmo, para não incorrer aqui no erro primário, por não ter tido esse tempo, tendo em vista o volume enorme de matérias submetidos à nossa análise praticamente em um único dia, ou em uma única semana, não posso orientar a minha Bancada que vote a favor de emendas que não tivemos o cuidado de analisá-las. Deixo ao Plenário essa atribuição, soberana aliás, Plenário é que vai decidir. Mas, pessoalmente, fico com a Mensagem do Governo como ela veio, porque ela é produto de análise e de estudos, aliás exaustivos estudos dos quais este Deputado participou.

Por esta razão eu recomendo, oriento, a Bancada do Governo que vote a favor da Mensagem do jeito que ela veio e rejeite as emendas.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

- Senhor Presidente e Senhores Deputados, Nobre Líder do Governo, Deputado José Tavares, as emendas apresentadas têm única e exclusivamente o objetivo de aperfeiçoar o projeto que o Poder Executivo manda para esta Casa. Como nós estamos, o Governo está mandando a Mensagem criando o Conselho dos Direitos Humanos do Estado, é público e notório, é lógico, que é um Conselho que a sociedade civil, a sociedade paranaense deve participar. A nossa emenda, principalmente a emenda em que amplia, ou que define a forma de composição desse Conselho, amplia, aperfeiçoa o projeto inicial, tanto assim como as outras emendas que nós apresentamos.

Então, como o Deputado José Tavares encaminha pela liberação da Bancada, nós queremos crer que esta Casa toda aprovará as emendas, principalmente as que estão com o Parecer Favorável da C.C.J., porque foi objeto de análise da nossa C.C.J. e emitiu seu parecer favorável, logicamente, porque elas estão dentro das normas legais, constitucionais, e sem dúvida nenhuma quanto ao seu mérito elas vêm aperfeiçoar o projeto que o Poder Executivo manda para Casa. Portanto, nós esperamos a aprovação desta Casa.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar)-

Quero só reforçar o que disse o Deputado Ovídio, e peço ao Plenário da Casa um voto de confiança ao trabalho que a Bancada do Partido dos Trabalhadores fez juntamente com a sua assessoria especializada, discutindo com diversas entidades no sentido de aperfeiçoar esse projeto.

E as nossas emendas vão nesse sentido. É lógico que lamentamos que as votações apressadas prejudiquem o debate da matéria, mas quero pedir aos Senhores Deputa-

dos esse voto de confiança, esta homenagem ao PT que se deu ao trabalho de discutir e aperfeiçoar o Projeto do Governo. Esta foi a nossa intenção.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Estão em votação as emendas de número 2, 3, 4 e 5 Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Registrar o meu voto contrário, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a emenda de número 01 com Parecer Contrário da C.C.J.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Senhor Presidente, é o seguinte: à Emenda eu dei Parecer Contrário. Mas nós advogamos a tese de que a sociedade civil deva estar representada. E me parece que esta Emenda é do Bloco Municipalista, pretendendo também a participação dos municípios.

Então quero também pedir um mérito da emenda, também em retribuição ao apoio e a confiança, que votemos favoravelmente a esta emenda, Senhor Presidente.

Exige obviamente a votação invertida porque o parecer é desfavorável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Emenda nº 1 é de autoria do Deputado Toti Colaço. Aprovada. O Projeto irá à 3ª Discussão, amanhã.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Talvez possa ser extemporâneo, mas acho necessário esclarecer, o item 18, que nós já votamos está colocado como 1ª Discussão, se não me falha a memória é 2ª porque já tinha Emenda.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - É 3ª DISCUSSÃO, amanhã. A Mesa na ocasião informou ao Plenário e um outro projeto também que foi publicado de forma incorreta.

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 332/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 109/94, que cria na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 45 (quarenta e cinco) cargos de provimento efetivo, conforme especifica. COM PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Aprovada. (Publ. no D.A. nº 118, de 10.10.94-Mens.).

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 369/94, de autoria do Poder Executivo-

Mensagem n° 141/94, ficam criados, na parte permanente do Quadro Geral do Estado, os cargos de provimento efetivo conforme específica. COM PARECER da C.C.J. (Publ. no D.A. n° 129, de 07.11.94. - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 369/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, o Projeto de Lei supra tem por objetivo criar 38 cargos de provimento efetivo, Agente Penitenciário, preenchidos por concurso, para atender necessidades emergenciais de pessoal na penitenciária Estadual de Londrina e nas cidades de Maringá e Cascavel.

Após analisar o referido Projeto, constatamos que o mesmo está em conformidade com os requisitos legais e, por isso, opinamos favoravelmente devendo o mesmo ser submetido à apreciação do Plenário desta Assembléia.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

Aprovado.

O SR. JOSÉ TAVARES (Pela Ordem) - Senhor Presidente, apenas para deixar registrado que esses cargos serão para a complementação do quadro de pessoal da penitenciária estadual de Londrina, e para a totalidade do quadro de pessoal da futura penitenciária estadual de Maringá, que deverá ser inaugurada, pelo futuro Governador Jaime Lerner, por volta de maio ou junho, está em fase adiantada de construção.

Quanto a Cascavel não estamos criando absolutamente nada, porque nem sequer a unidade prisional de Cascavel foi licitada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Atendendo as preferências de votação, item n° 21, 1.ª Discussão do Projeto de Lei n° 370.

ITEM 21

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 370/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 142/94, que altera os dispositivos da Lei n° 8.925, de 28 de dezembro de 1988 (Lei do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores- IPVA), conforme específica. COM PARECER da C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. 129, de 07.11.94. Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 370/94

P A R E C E R:

A proposição em epígrafe, proveniente da Mensagem n° 142/94, do Poder Executivo, visa alterar dispositivos da Lei 8.925, de 28 de dezembro de 1988 - Lei do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores IPVA.

Sobre aspecto da juridicidade do plano de lei em exame verificamos que a alteração 2.ª concernente a alíquota não obedece a uma proporcionalidade, tornando-a discriminatória.

Impende ressaltar a injustiça da dobra de alíquota para veículos particulares com relação ao seu comércio, posto que a alíquota para os veículos destinados as empresas locadoras é de 1,5% (um e meio por cento) e de 1% (hum por cento) para outras categorias de aluguel (ônibus, caminhões etc), enquanto para os particulares é de 3% (três por cento). Visando suprir esta discriminação, e tornar a lei mais coerente, constitucional e democrática, apresentamos a emenda anexa que a condicionamos para emissão de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 06.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
ERNANI PUDELL - Relator

ITEM 36

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 409/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 149/94, anuir na doação que o Município de Maringá pretende fazer à união do imóvel, conforme específica. COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 140, de 29.11.94. - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 409/94

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 149/94, o Projeto de Lei n° 409/94, em exame, objetiva autorizar o Poder Executivo a anuir na doação que o Município de Maringá pretende fazer à União Federal, do imóvel, conforme específica.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental, a matéria encontra-se justificada nas razões que acompanham a Mensagem Governamental, inexistindo portanto, qualquer impedimento à sua normal tramitação.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
DALTON MACHUCA - Relator

ITEM 37

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 411/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 151/94, que cria 58 cargos de provimento efetivo, no Quadro Geral do Estado para serem utilizados pelo Educandá-

rio São Francisco, conforme especifica.
COM PARECER DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no
D.A. n° 140, de 29.11.94. - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 411/94

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental n° 151/94, o Projeto de Lei n° 411/94, em exame, objetiva a criação de 58 cargos de provimento efetivo, no Quadro Geral do Estado para serem utilizados pelo Educandário São Francisco.

O art. 66, inciso I, da Constituição Estadual, estabelece que é da "competência privativa" do Governador do Estado criar "cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo".

Desse modo, o presente Projeto de Lei, está fundamentado em princípio constitucional.

Procedida a análise constitucional, legal ou regimental, a matéria encontra-se justificada nas razões que acompanham a Mensagem Governamental, inexistindo portanto, qualquer impedimento à sua normal tramitação.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

ITEM 38

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 413/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 152/94. Crédito Suplementar no valor de R\$ 105.000,00, vigente ao orçamento da Universidade Estadual de Maringá, conforme especifica. **Aprovado.** COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 144, de 05.12.94. - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 413/94

P A R E C E R:

O projeto de lei em análise, de autoria do Senhor Governador, objetiva aprovar crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado - Universidade de Maringá, no valor de R\$ 105.000,00 (cento e cinco mil reais), para atender ajustes necessários para o encerramento do exercício de 1994.

A matéria não possui nenhum impedimento de ordem constitucional, legal ou regimental, estando portanto em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa.

Por fim voltamos a salientar a necessidade de que as mensagens governamentais que objetivam aprovar créditos, conforme determina a Lei n° 4.320 em seu artigo 43.

Sala das Comissões, em 12.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

ITEM 39

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 414/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 153/94. Abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 4.300.000,00, ao vigente orçamento próprio do DETRAN, visando atender despesas de recursos do fundo de modernização da PM., conforme especifica. **COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 144, de 05.12.94-Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 414/94

P A R E C E R:

Propôs o autor, através da Mensagem n° 153/94, uma abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 4.300.000,00 (quatro milhões e trezentos mil reais), ao vigente orçamento próprio do Departamento de Trânsito - DETRAN, conforme especifica, visando atender despesas com transfêrencias de recursos do Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM.

Após análise constitucional, legal e regimental nada foi constatado que possa impedir sua tramitação regimental.

Nestas condições, somos de parecer favorável ao seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

DALTON MACHUCA - Relator

ITEM 40

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 415/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 154/94. Crédito suplementar de R\$ 1.500.000,00, vigente ao orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, para atender despesas com pagamento dos trabalhadores sindicais, conforme especifica. **COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 144, de 05.12.94. - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 415/94

P A R E C E R:

A mensagem em tela, de n° 154/94, oriunda do Poder Executivo Estadual, merece parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Preenchendo, pois, a matéria todos os requisitos legais, regimentais e constitucionais, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 41

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 416/94, de autoria do Poder Executivo -

Mensagem nº 155/94. Crédito Suplementar de R\$ 2.200.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes, para atender despesas com pagamentos devidos por sentenças judiciais, conforme específica. COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 144, de 05.12.94 Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 416/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo, o projeto e lei em análise, oriundo da Mensagem Governamental nº 155/94, objetiva aprovar a abertura de Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado no valor de R\$ 2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado dos Transportes.

No âmbito desta douta Comissão de Constituição e Justiça, nada encontramos que possa obstar sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

A matéria não possui qualquer impedimento de natureza constitucional, legal ou regimental inseridas nas prerrogativas constitucionais do Chefe do Poder Executivo.

Neste sentido, manifestamos nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

O SR. LOURENÇO FREGONESE (Para Discutir) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Gostaria de pedir ao Líder do Governo, Deputado José Tavares, a retirada desse projeto de lei, tendo em vista que nós já atendemos ao pleito do Porto de Paranaguá quanto a essas questões trabalhistas no valor de dois milhões e duzentos mil reais.

No Projeto 364/94, votado há duas semanas, nós aprovamos dois milhões cento e trinta mil reais para questões trabalhistas no Porto. Logo em seguida nós votamos mais dois milhões de reais ao Projeto nº 365/94 que era referente à dragagem. Depois, votamos o Projeto nº 366/94 no valor de um milhão cento e cinquenta e nove mil reais que era para pagamento de ISS ao Município de Paranaguá e outras atividades portuárias.

Gostaria de comunicar à Casa que na época que os projetos vieram a esta Casa, como Presidente da Comissão de Finanças fui aos técnicos do porto de Paranaguá e, lá, conversando, chegamos à seguinte conclusão: que a dragagem não vai sair, mais uma vez não vai sair, por isso o Projeto 365 ficou anexado ao pagamento das ações trabalhistas. Ações estas, que somente no

mês de novembro, chegaram ao valor de seis milhões de dólares. Logo em seguida, chegamos também à conclusão que a rubrica - pagamento de ISS não existe no Orçamento do Estado. Dinheiro esse repassado à prefeitura de Paranaguá em setembro. Portanto um mês antes das eleições, trezentos mil dólares em condições nenhuma, sem autorização da Câmara Municipal de Paranaguá.

Por isso, Deputado José Tavares, se o senhor ligar aos técnicos do Porto de Paranaguá, o senhor terá certeza de que essa Mensagem é inócua, essa Mensagem não é necessária ao Porto e muito menos à Secretaria de Transportes. Por isso o senhor, como Líder do Governo pediria que retirasse a matéria, e se não for retirada eu pediria aos meus pares que rejeitassem a matéria porque ela é, totalmente desnecessária. E os Senhores sabem muito bem a minha conduta nesta Casa: o que eu falo eu provo!

O SR. JOSÉ TAVARES (Para Discutir) - Sr.

Presidente, o Deputado Fregonese sabe do respeito que nutro por S.Exa. e, evidentemente, que se suas alegações forem reais, não duvidando de suas colocações, esta Liderança não se importará com a retirada da referida matéria. Mas como está em primeira discussão, eu consultaria ao eminente Deputado, se Sua Exa. estaria de acordo, dado à falta de tempo de fazer as consultas necessárias para poder atender ao pedido de V.Exa., de votarmos hoje a primeira discussão e amanhã eu me comprometo, antes da Sessão, de posicionar V.Exa..

Caso o governo confirme as informações de V.Exa. essa liderança não terá dificuldades nenhuma em formalizar um requerimento pedindo a sua retirada.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Inclusive, gostaria de informar ao nobre Líder que os projetos se encontram na 1ª Secretaria ou na Presidência desta Casa para encaminhamento ao Governador. Os Projetos são 364, 365 e 366.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a discussão. Em votação. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. Aprovado. O Projeto retornará amanhã.

ITEM 42

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 156/94, que cria na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo, 436 cargos de provimento efetivo para serem utilizados pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, conforme especi-

Curitiba, terça, em 13.12.94

fica. COM PARECER DA C.C.J.. Aprovado.
(Publ. no D.A. n° 144, de 05.12.94,
Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 417/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo criar na parte permanente do Quadro Geral do Poder Executivo cargos de provimento efetivo para serem utilizados na UNIOESTE.

Ao analisar a proposição sob o aspecto legal, constitucional e regimental, esta comissão não encontrou nada que possa obstar a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator

Terminadas as preferências de votação, retornamos à Ordem do Dia normal.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 104/94, veto apostado ao Projeto de Lei n° 035/94, de autoria do Deputado Toti Colaço que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Prudentópolis, o imóvel que especifica. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 273/94

Curitiba, 24.11.94

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 235/94, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 035/94, por julgá-lo contrário ao interesse público, pelas razões adiante expostas.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Prudentópolis, o imóvel que especifica, transcrito sob n° 7.954, do Livro 3-C, do Cartório de Registro de Imóveis daquela Comarca.

Embora meritória a intenção do Autor, nobre Deputado Antonio Toti Colaço Vaz, o questionado plano de lei não pôde ser acolhido, pela forma como está posto e redigido, não apresentando condições de executabilidade caso fosse sancionado. Tais problemas relacionam-se à ausência de disposições que definam as finalidades a que seria destinado o questionado imóvel, assim

como previsão de cláusulas de inalienabilidade, prazo de utilização e de reversão ao patrimônio do Estado, caso descumpridas as finalidades da doação.

Cabe esclarecer que o veto apostado não desatende a pretensão do ilustre Autor do Projeto, tendo em vista que, nesta data, estou encaminhando Mensagem a essa Augusta Assembléia Legislativa, propondo a doação do referido imóvel ao Município de Prudentópolis, a pedido do Senhor Prefeito Municipal, através de expediente protocolado sob n° 1.913.913-1/94- SPI.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

(O Projeto de Lei n° 35/94, encontra-se publicado no D.A. n° 08, de 24.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO N° 104/94

O Executivo vetou o Projeto de Lei n° 035/94, por julgá-lo contrário ao interesse público.

A matéria, portanto está em condições de apreciada pelo Plenário da Assembléia Legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator.

Lembramos aos Senhores Deputados que para a manutenção do VETO deverão manifestar-se com a cédula SIM; os que forem contrários ao VETO e favoráveis ao projeto do Deputado Toti Colaço deverão votar com a cédula NÃO.

Com a palavra o Senhor 1° Secretário para proceder à chamada dos Senhores Deputados para a votação.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Caíto Quintana) -
Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados para votação da Proposição n° 104/94

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Quarenta e três Srs. Deputados votaram.

A Presidência solicita aos Deputados Elío Rusch, Durval Amaral e Plauto Miró para a contagem dos votos à Proposição n° 104/94.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Caíto Quintana) -
Vinte e cinco votos "SIM", quinze votos "NÃO", dois BRANCOS e um "NULO".

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Com o resultado anunciado pelo Sr. 1º Secretário, o VETO está mantido e o projeto rejeitado em definitivo.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 296/94, acresce o § 3º do artigo 3º da Lei nº 8.935, de 08 de março de 1989 (Referente a Abastecimento de Água). **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 296/93
A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARANÁ

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica acrescido novo parágrafo no art. 3º, da Lei nº 8.935, de 07 de março de 1989, com a seguinte redação:

"Art. 3º - ...

§ 3º - Excetua-se a proibição deste artigo o parcelamento do solo de alta densidade demográfica, que se destina à implantação de loteamentos e/ou conjuntos habitacionais, em áreas objeto de desapropriação pelo Estado para o reassentamento de pessoas residentes em áreas críticas de mananciais, desde que a avaliação de impacto ambiental demonstre a sua viabilidade, observadas as demais exigências desta Lei.

Art. 2º - Fica acrescido o seguinte artigo à Lei 8.935, de 07 de março de 1989, remunerando o subsequente, com a seguinte redação:

"Art. 9º - O Poder Executivo regulamentará o § 3º do art. 3º, desta Lei no prazo de 30 dias, a contar de sua publicação".

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(a) COMISSÃO EXECUTIVA.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 296/94

P A R E C E R:

A presente emenda visa adequar de forma mais ampla o contido no projeto de lei de autoria do Deputado Anibal Khury.

Estando regimental, legal e constitucionalmente conforme, esta Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou nada que possa obstar a referida emenda em sua tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NILTON BARBOSA - Relator

Apoiamto: João Iensen, Nilton Barbosa, Toti Colaço, Alceu Swarowski, Costenaro Neto, Ernani Pudell, Élio Rusch, Dalton Machuca, José Arthur Ritti, Arlindo Troian, Paulo Maia.

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/94, de autoria do Deputado Paulo Maia, que autoriza a transferência em qualquer época do ano e independente da existência de vaga dos servidores públicos e seus dependentes, matriculados regularmente em instituições de ensino superior, mantidos pelo Governo do Estado do Paraná. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.E.C.E. EMENDA DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO A EMENDA SUBSTITUTIVA APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 53/94
EMENDA Nº 01

P A R E C E R:

A presente emenda do Deputado José Arthur Ritti ao Projeto de Lei nº 53/94, de autoria do Deputado Paulo Maia, que autoriza a transferência em qualquer época do ano e independente da existência de vaga dos Servidores Públicos e seus dependentes, matriculados regularmente em instituições de ensino superior mantidos pelo Governo do Estado do Paraná.

Ao analisar a emenda em tela, a Comissão de Constituição e Justiça, não encontrou nada que possa obstar a sua tramitação por esta casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator.

Apoiamto: Rossoni, João Iensen, Nilton Barbosa, Toti Colaço, Ernani Pudell, Arlindo Troian, Paulo Maia, Alceu Swarowski, Dalton Machuca, Élio Rusch, Caíto Quintana.

Emenda- Aprovada.

(O Projeto irá à Redação Final, na sessão de amanhã).

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 326/93, de autoria dos Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, que instituiu o Seguro Agrícola no Sistema Financeiro Estadual. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.A.I.C. e C.F..

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 326/93

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, tem por objetivo instituir o Seguro Agrícola no Sistema Financeiro Estadual.

Já tendo recebido pareceres da comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, chama a opinar esta Comissão de Finanças, tem vista o mérito louvável da proposição dá o seu parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30.11.94.

(a) LOURENÇO FREGONESE

Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva de Plenário de nº 01, ao Projeto de Lei nº 326/93.

PROJETO DE LEI Nº 326/93

EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Art. 1º - Fica instituído o Seguro Agrícola, no Sistema Financeiro Estadual, objetivando assegurar, preferencialmente, aos pequenos e médios produtores, o aumento da produção, da produtividade, o desenvolvimento tecnológico e a fixação do homem no campo, de forma a contribuir para com a estabilidade econômica, social e política do Estado.

Parágrafo Único - O conceito de pequeno e médio produtores é o mesmo considerado pela Lei Agrícola Estadual, nº 9.917 de 30 de março de 1992.

Art. 2º - O seguro será constituído através das seguintes modalidades de cobertura:

- a) seguro de custeio agrícola;
- b) seguro pecuário;
- c) seguro de bens, benfeitorias e produtos agropecuários;
- d) seguro de acidentes e de vida do homem do campo, envolvido no processo de produção.

§ 1º - A modalidade referida no § anterior desse artigo 2º, será gradativamente, a partir do segundo ano da vigência desta lei, aumentada, de modo a abranger outros produtos agrícolas, que sejam significativos para a cesta básica ou para o maior emprego da mão-de-obra no campo.

Art. 3º - As classes de riscos cobertas pelo Seguro Agrícola compreendem incêndios, fenômenos meteorológicos, adversos, pragas, doenças incontroláveis e todos os demais tipos de sinistros rurais ocasionados por fatores externos, bem como o risco de morte de pessoas e animais.

§ 1º - No caso de seguro de custeio agrícola, o cálculo de custos de produção para a estipulação dos valores de riscos a serem pagos pelos segurados deverá necessariamente considerar o custo real que

inclua a valorização da mão-de-obra familiar na atividade.

§ 2º - O Seguro Agrícola garantirá:

I - a indenização de 100% (cem por cento) do valor do bem segurado, desde que isto conste do contrato;

II - a indenização da área sinistrada, independente de área contínua ou remanescente não sinistrada, de forma a permitir o replantio;

III - a indenização das áreas de meeiros e parceiros consideradas, no caso, como unidade de produção próprias;

IV - a indenização do custo de produção das atividades agropecuárias, incluindo necessariamente a remuneração do produtor e, quando for o caso, da mão-de-obra familiar;

V - uma redução do prêmio a ser pago, ao assegurado que não tiver perdas;

§ 3º - Entende-se como orçamento de manutenção de culturas periódicas e produtos agropecuários, o levantamento das despesas necessárias à aquisição de insumos e execução os trabalhos culturais, em cada ciclo, a partir da primeira colheita efetuada com rendimento econômico.

§ 4º - Cabe ao Poder Público, através de seus órgãos competentes, a fixação do cálculo do custo real dos itens componentes do custo de produção das atividades agropecuárias inclusive a mão-de-obra familiar, respeitando as medidas regionais de produtividade, valores das diárias indenizadas, preços de mercado efetivamente pagos ao produtor e outras características regionais.

§ 5º - As indenizações supra identificadas deverão ser pagas no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

DA COMPANHIA DE SEGUROS

Art. 4º - O Seguro Agrícola deverá ser executado pelo Estado, direta ou indiretamente, através de companhia de seguro.

§ 1º - Para funcionamento da companhia de seguros, o Poder Executivo Estadual constituirá um Conselho Consultivo, que proporá formas de atuação, e cumprirá o papel de agente fiscalizador da política estadual do seguro agrícola;

§ 2º - A composição do Conselho Consultivo deverá contemplar obrigatoriamente a participação de representantes de entidades não governamentais ligadas ao setor, de forma paritária com representantes de entidades de pequenos e médios produtores.

§ 3º - Cada município constituirá Conselho Municipal de seguro agrícola, composto por representantes de todos os setores envolvidos, que terá como atribuição a arbitragem nos casos de disputas em relação à magnitude dos sinistros, o qual colaborará na divulgação, implantação e con-

trole do Seguro Agrícola na respectiva região.

§ 4º - O Poder Executivo Estadual constituirá uma comissão específica, incluindo o Conselho Consultivo para, num prazo de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei, viabilizar estudos para criação da companhia de seguros, observando a legislação pertinente.

Art. 5º - O Poder Executivo destinará no orçamento do Estado recursos necessários a implementação desta lei.

Art. 6º - A companhia de seguros estadual, através de normas complementares, definirá o caráter de obrigatoriedade para algumas atividades de custeio agrícola e de bens, benfeitorias e produtos agropecuários e também o caráter facultativo para as respectivas atividades, incluindo todas aquelas relacionadas ao seguro de custeio pecuário.

Parágrafo Único - A definição da obrigatoriedade ou não do Seguro Agrícola conforme as modalidades de cobertura e as linhas de atividades será atribuição da companhia de seguros mantida pelo Estado, ouvido o Conselho Consultivo.

Art. 7º - No prazo de 90 (noventa) dias a companhia de seguros deverá submeter à apreciação do Poder Executivo as "normas operacionais do seguro agrícola", ouvidos o Conselho Consultivo e demais entidades interessadas.

Parágrafo Único - Todos os órgãos ou agências da administração direta ou indireta no Estado, bem como as entidades a eles vinculadas poderão ser acionadas para a operacionalização do Seguro Agrícola, que entrará em vigor tão logo suas normas sejam aprovadas pelo Sistema Federal de Seguros.

Art. 8º - A companhia estadual de seguros terá caráter amplo, não se restringindo ao Seguro Agrícola, tampouco aos seguros dos ramos elementares, podendo abranger outros, como seguros de vida, seguros saúde, enfim ramos que possam propiciar a companhia contribuir diretamente para que ela cumpra o dever social de colocar o seguro agrícola ao alcance de todos que cultivam terras paranaenses, sejam eles pequenos, médios, grandes produtores, meeiros, parceiros e arrendatários, que se utilizem ou não do crédito rural.

Art. 9º - O Poder Executivo Estadual promoverá ações necessárias para que outras instituições do Sistema Nacional de Seguros Privados se integrem à política descrita nesta Lei.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

Apoiamentos: Rossoni e Durval Amaral.

O projeto será encaminhado à C.C.J., para o necessário parecer.

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 052/94, de autoria do Deputado Ernani PudeLL, que assegura a livre organização dos estudantes na forma que especifica. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 14, de 08.03.94).

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 154/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 040/94, que altera a Redação do Parágrafo Único, do Art. 5º, da Lei nº 10.066, de 27 de julho de 1992. (Publ. no D.A. nº 54, de 09.05.94 - Mens.).

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado José Arthur Ritti, constante do expediente, solicitando o adiamento por 10 (dez) sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões, do Projeto de Lei nº 154/94.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 292/94, de autoria do Poder Judiciário do Estado do Paraná, que altera a Lei nº 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná) e adota outras providências. SEM PARECERES, REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no D.A. nº 96, de 10.08.94, Of. nº 635/94-K).

O SR. GERALDO CARTÁRIO (**Questão de Ordem**)

- Encaminhamos à Mesa um pedido de adiamento desse projeto visto se tratar de maior interesse do Estado e aproveitamento para indagar a V.Exa. se já foi formada a Comissão a qual V.Exa. já nos informou que iria tomar esse procedimento?

O SR. PRESIDENTE (**Orlando Pessuti**) - A Mesa informa ao Deputado Geraldo Cartário que o Plenário da Assembléia aprovou a formação de uma Comissão Especial de seis membros: dois do Legislativo, dois do Executivo e dois do Judiciário, para analisar os Projetos 292 e 293 que trata da Organização e Divisão Judiciárias do Paraná. Apenas a Assembléia Legislativa, evidente-

mente, e o Poder Executivo, indicaram os seus membros.

Portanto, a Comissão até o presente momento não está constituída.

O SR. GERALDO CARTÁRIO (Pela Ordem) - Considerando dessa forma nos parece que esse projeto será submetido à próxima legislatura.

Será assim o nosso entendimento Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa submeterá à apreciação do Plenário o requerimento de vossa autoria e do Deputado João Iensen, constante do expediente solicitando que o Projeto n° 292 seja retirado da Ordem do Dia por dez (10) Sessões.

Está em votação o Requerimento.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Está em votação o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O requerimento para adiar a votação em dez sessões.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Sr. Presidente.

Votamos aí já um dos projetos da Mensagem do Poder Judiciário que se cria oito cargos de Desembargadores, criamos cargos em diversos projetos, matérias polêmicas aqui se discutiram, e por demais explorada a colocação de que na última hora é que se discute matéria polêmica nesta Casa.

As três mensagens do Poder Judiciário encontram-se nesta Casa desde o mês de agosto, teve-se trinta, sessenta, noventa dias para se discutir, para se estudar, para se analisar; enfim, para que todos os Deputados pudessem fazer seus estudos. E de repente - como dizem os companheiros Deputados, que na última hora é que se decide - vota-se uma das mensagens do Poder Judiciário que cria oito cargos de Desembargador e não se vota exatamente a mensagem que vem também, como é de interesse do Paraná a criação dos cargos de Desembargadores para que se acelere os julgamentos...

O SR. JOSÉ ARTHUR RITTI - Pela Ordem, Sr. Presidente.
Deputado Nilton, por favor continue.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Como cria-se oito cargos que se faz necessário no Paraná para se acelerar as decisões da Justiça que é muito morosa em certos pontos, hoje o requerimento tira as outras duas mensagens, ou pelo menos o Projeto 292/94.

Acho que deveríamos votar, está aqui

desde agosto, acho que tivemos tempo necessário para fazer a análise, e essa mensagem já vem do Poder Judiciário depois de esgotados os trabalhos de Corregedores, de Desembargadores, depois que tem trabalhos feitos na área técnica do Poder Judiciário chega-se aqui essa mensagem.

Não vejo porquê prorrogarmos para o ano que vem, razão pela qual gostaria que os companheiros, o companheiro autor desse...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência suspende a Sessão e solicita ao Serviço de Segurança que adote as providências na retirada das pessoas estranhas ao Plenário.

Deputado José Afonso a Sessão não está reaberta e a Presidência já solicitou que sejam retiradas todas as pessoas que não são Parlamentares do recinto do Plenário.

Esta Presidência levanta a Sessão em definitivo por não haver mais clima, e determina à Diretoria competente, ao Serviço de Segurança que providenciem um relatório circunstanciado dos fatos aqui ocorridos, para que a Mesa Executiva da Assembléia adote as providências que entender necessária.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 315/94.
- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 052/94.
- 2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 294/94.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 332, 369, 370, 382, 383, 389, 390, 397, 398, 399, 401, 402, 404, 405, 409, 411 e 413 a 417/94.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 055, 151, 257, 292, 293, 313, 334, 336, 341, 343, 351, 352, 355, 368, 372, 380, 387, 400, 427, 428, 430 e 431/94.
- 1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 053/94.
- 1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Decreto Legislativo n°s 004 e 005/94.

Levanta-se a sessão.